

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Fernanda Tôrres de Miranda Estevam

**CASA DE REFERÊNCIA DA MULHER TINA MARTINS:
O FEMINISMO COMO MECANISMO CONTRA O CICLO
DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO**

Belo Horizonte
2018

FERNANDA TÔRRES DE MIRANDA ESTEVAM

**CASA DE REFERÊNCIA DA MULHER TINA MARTINS:
O FEMINISMO COMO MECANISMO CONTRA O CICLO
DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Área de concentração: Cidades: Cultura, Trabalho e Políticas Públicas

Linha de Pesquisa: Cultura, Identidades e Meios de Vida

Orientadora: Profa. Dra. Juliana Gonzaga Jayme

Belo Horizonte
2018

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

E79c Estevam, Fernanda Tôrres de Miranda
Casa de Referência da Mulher Tina Martins: o feminismo como mecanismo contra o ciclo de violência de gênero / Fernanda Tôrres de Miranda Estevam. Belo Horizonte, 2018.
88 f.: il.

Orientadora: Juliana Gonzaga Jayme
Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

1. Casa de Referência da Mulher Tina Martins. 2. Política pública. 3. Feminismo. 4. Violência contra a mulher. 5. Violência - Relações de gênero. I. Jayme, Juliana Gonzaga. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

SIB PUC MINAS

CDU: 396.5

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha mãe e ao meu pai, que sempre me incentivaram e apoiaram minhas decisões, que são grande parte da pessoa que sou hoje e que me incentivam a acreditar e lutar pelos meus ideais. Obrigada também pelo afeto, amor, carinhos e os puxões de orelha quando necessários.

À Lê, minha irmã, por ser a melhor irmã de todas, parceira, e que apesar das implicâncias, sempre me dá muito amor e apoio. A Paulinha, por aguentar as loucuras daquele apartamento (e fazer parte delas).

Ao Lucas, parceiro de todas as horas, que aguentou todos os momentos mais complicados durante o mestrado, que me deu compreensão, apoio e amor quando mais precisei disso, e por tudo que compartilhamos e ainda vamos compartilhar em nossas vidas.

Às mulheres da Casa de Referência da Mulher Tina Martins, tanto as abrigadas quanto as pertencentes ao Coletivo de Mulheres Olga Benário, por me receberem de forma tão aberta para minha pesquisa, que dividiram comigo seus dia-a-dias, suas histórias de vida, seus desejos de futuro. Muito obrigada por me deixarem participar da vida de vocês.

Às Spice Gays, o grupo de pessoas responsáveis por todo meu processo de desconstrução e aprendizagem sobre diferenças, com as quais eu aprendo muito, discuto muito, e pelas quais tenho muito amor e carinho. Aos/às amigos/as da PUC que foram de grande apoio durante o período do mestrado, e que mesmo com o término dessa etapa, continuarão fazendo parte da minha vida.

A Juliana, minha orientadora, pelo apoio e compreensão, por me incentivar a acreditar no meu trabalho e pela colaboração para torná-lo possível.

“meu coração sangra pelas irmãs em primeiro lugar
sangra por mulheres que ajudam mulheres
como as flores anseiam pela primavera”



Rupi Kaur – Outros jeitos de usar a boca

“todas nós seguimos em frente quando
percebemos como são fortes
e admiráveis as mulheres
à nossa volta”



Rupi Kaur – Outros jeitos de usar a boca

RESUMO

A violência de gênero vem crescendo no país e é pautada pelas relações assimétricas de gênero socialmente construídas nas quais o masculino detém o poder e o feminino é dominado. Por outro lado, pode-se afirmar que a partir do movimento feminista surgem formas de resistência a essa violência e a outras opressões de gênero. Este trabalho tem como objeto empírico a Casa de Referência da Mulher Tina Martins, tomada como um caso dessa resistência. Criada como uma ocupação com o objetivo de exigir resolução de demandas e lutar pelos direitos das mulheres, a Casa hoje faz parte da Rede de Enfrentamento da Violência à Mulher do Estado de Minas Gerais. O objetivo deste trabalho é investigar o movimento feminista, através da Casa de Referência da Mulher Tina Martins como forma de resistência e de luta para mulheres em situação de violência. Para isso foi realizada, durante sete meses, uma pesquisa de campo na Casa, quando foram feitas observações diretas, conversas informais e entrevistas formais. Muitas das políticas públicas de prevenção à violência de gênero surgiram a partir das reivindicações do feminismo, o que revela sua importância, seja como movimento social, seja teoricamente, para o combate à violência contra a mulher. O feminismo contribui tanto a partir de experiências como a Casa Tina Martins, como reivindicando e auxiliando na formulação de políticas públicas e de leis sobre o tema.

Palavras chave: Violência de Gênero, Gênero, Feminismo, Casa de Referência da Mulher Tina Martins.

ABSTRACT

Gender-based violence is a form of violence that has been growing in Brazil, and it is defined by socially built asymmetric gender relations, in which the male individuals withhold power and the female individuals are subdued. On the other hand, the feminist movement is growing all around the world, and it is in this context that are born ways to resist the violence and gender-based oppression, and the Casa de Referência da Mulher Tina Martins (Tina Martins' Reference Women's Center) is an example of this resistance. Created as an occupation aiming to attend demands and fight for women's rights, the institution integrates the Rede de Enfrentamento da Violência à Mulher do Estado de Minas Gerais (Minas Gerais' Network Against Violence Against Women). The objective of this paper was to study the feminist movement, watching Casa de Referência Tina Martins as a form of resistance and support for women suffering gender-based violence. Therefore, a field research was realized during seven months, in which direct observation, formal interviews and informal conversation. Many of the public policies against gender-based violence were created through the demands made by the feminist movement, what shows its relevance, either as a social movement, or as a theory system, to oppose gender-based violence. The feminist movement contributes both through experiences like Casa Tina Martins and through the formulation of laws and public policies about this kind of violence.

Keywords: Gender-based violence, gender, feminism, Casa de Referência da Mulher Tina Martins.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Foto da ativista negra Diva no evento Diálogos Urgentes.....	42
Figura 2 – Dilma Rousseff sendo interrogada por militares em 1970	50
Figura 3 – Marielle Franco	51
Figura 4- Mapa Localização da Ocupação	52
Figura 5 – Mapa Localização da Casa de Referência da Mulher Tina Martins.....	55
Figura 6 – Quadro de tarefas das abrigadas	58
Figura 7 – Cartaz Outubro Rosa	58
Figura 8 – Cartaz auto exame	58
Figura 9 – Quadro de regras e tarefas das Benárias	61
Figura 10 – Cronograma de dias de presença das Benárias	61
Figura 11 – Quadro do Coletivo Olga Benário	63
Figura 12 – Quadro Casa Tina Martins	64
Figura 13 – Mural Tina Martins	70
Figura 14- Mural Mulheres de Luta	71
Figura 15 – Mural Olga Benário	72

Figura 16 – Mural Coletivo de Mulheres Olga Benário	73
--	-----------

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Índice de Femicídio no Brasil	18
Quadro 2 – Circunstâncias da morte	19
Quadro 3 – Das vítimas	19
Quadro 4 – Escalada da violência	24
Quadro 5 – Percepção da violência de gênero por mulheres e homens	25
Quadro 6 – Denúncias pela Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180	32

LISTA DE ABREVIATURAS

Cerna - Centro Risoleta Neves de Atendimento à Mulher

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais

MFPA – Movimento Feminino pela Anistia

ONG – Organização Não Governamental

OMS – Organização Mundial da Saúde

PAISM - Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

Raseam – Relatório Anual Socioeconomico da Mulher

SPM – Secretaria de Políticas para as Mulheres

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

TRT – Tribunal Regional do Trabalho

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
Metodologia	6
1. PENSANDO AS RELAÇÕES DE DOMINAÇÃO E	
VIOLÊNCIA A PARTIR DO GÊNERO	9
1.1 Gênero, poder e violência	13
1.2 Políticas públicas e leis de proteção da mulher	26
1.3 Judiciário e violência de gênero: apoio às mulheres e punição	
dos agressores	33
2. FEMINISMOS E SUAS PERSPECTIVAS	36
2.1 Feminismos e suas ondas	39
2.2 Mulheres de luta: mulheres revolucionárias na história	
brasileira	44
3. CASA DE REFERÊNCIA DA MULHER TINA MARTINS	51
4. CONCLUSÃO	74
REFERÊNCIAS	77

Introdução

A violência de gênero contra a mulher vem crescendo no Brasil¹ e, segundo o último relatório da OMS (Organização Mundial da Saúde), o país ocupa a sétima posição no ranking dos países mais violentos para as mulheres. A assimetria de poder entre os gêneros certamente é um fenômeno fundamental para analisar essa forma de violência que faz com que suas vítimas sejam as mulheres, sendo as negras² mais atingidas ainda. As leis e políticas públicas voltadas para proteção das mulheres não têm se mostrado eficientes para diminuir a ocorrência, visto que possuem como finalidade mais a punição dos agressores do que em uma ação preventiva.

Ainda que existam o Serviço de Prevenção à Violência Doméstica contra as mulheres, em Minas Gerais – com atividades voltadas exclusivamente à prevenção da violência doméstica – e que se propõem atuar de maneira preventiva e não apenas reativa³, segundo Montenegro (2015), há uma crença em sociedades machistas, como o Brasil, de que punir o agressor é a melhor forma de solucionar os casos de violência contra as mulheres, como se apenas a punição fosse uma garantia de proteção à mulher. A autora também cita a questão penal na Lei Maria da Penha, que qualifica como simbólica e extremamente seletiva, pois além de não ser tão efetiva como prevenção, o uso da lei é quantitativamente baixo e o processo lento: uma em cada cinco mulheres fez denúncia de violência doméstica nos últimos anos no Brasil, porém, apenas 5% das denúncias tiveram andamento.⁴

O feminismo, melhor seria dizer feminismos, dada a sua heterogeneidade, pode ser pensado como um movimento social que, apesar das diferentes vertentes, tem como principal foco de luta a igualdade entre os gêneros. Foi através desse movimento que, em muitos lugares ao redor do mundo, as mulheres alcançaram o direito ao

1 Informação contida no Mapa da Violência de 2015

2 Relatório OMS - 2015

3 Sobre esse serviço : FERREIRA, PEREIRA, 2017.

4 Informações do CNJ contidas na reportagem “Justiça é lenta para julgar violência contra a mulher”, <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/justica-e-lenta-para-julgar-violencia-contra-a-mulher> <visitado em 07/08/2018>

voto, a possibilidade de trabalhar fora de casa, de exigir salários iguais, de fazer uso da pílula anticoncepcional e, em menor proporção, a legalidade do aborto, dentre várias outras conquistas. O feminismo também é acadêmico, segundo Machado (1997), os estudos de gênero foram implementados nas ciências humanas devido ao surgimento dos movimentos sociais feministas dos anos 1970 - através de revistas teóricas feministas, grupo de estudos e pesquisas junto a universidades - que se legitimaram e se institucionalizaram como um campo de estudos no final dos anos 1980.

Outra pauta importante do movimento feminista é a luta contra a violência de gênero e foi por meio das reivindicações desse movimento que muitas políticas públicas para combater esse tipo de violência foram criadas no país. Para Kowarick (1979), no Brasil, o estabelecimento das mulheres como sujeito político começou através da mobilização em torno da democratização durante o regime militar. Nesse período, os movimentos de mulheres, além de denunciar as desigualdades de classe, ressaltavam também questões ligadas especificamente à condição da mulher: direito à creche, saúde da mulher, sexualidade e contracepção, e violência contra a mulher. Segundo Farah (2004), em consequência das demandas desses movimentos, foram implantadas na década de 1980 as primeiras políticas públicas com recorte de gênero, que ocasionaram, dentre outras ações, a criação da primeira Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher. Porém, ainda há muito a se fazer e o movimento continua pressionando governantes para que mais medidas sejam tomadas em prol das mulheres.

Atualmente, o assunto *feminismo* está em pauta, o tema vem sendo abordado em programas de televisão, novelas, séries e minisséries, nas redes sociais da internet e em capas de revistas; campanhas estão sendo feitas por vários artistas internacionais⁵ contra o assédio e a diferença salarial entre gêneros. Nacionalmente

5 *Time's Up*, movimento de atrizes americanas que surgiu após as denúncias de assédio ao produtor Harvey Weinstein. O movimento abriu portas para o questionamento da diferença salarial existente entre atores e atrizes por questões de gênero.

há campanhas entre jornalistas esportistas⁶, atrizes e atores, contra o assédio sexual⁷. Além disso, em 2017, o termo *feminismo* foi escolhido pelo dicionário americano Merriam-Webster⁸ como a palavra do ano e a busca pelo termo no Google cresceu 200% desde o ano de 2016⁹.

O objeto de pesquisa que levou a esta dissertação é a Casa de Referência da Mulher Tina Martins. A escolha do tema 'violência contra a mulher' se deveu a vários fatores, dentre eles o fato de a violência de gênero estar em crescimento no país, apesar das políticas de gênero; de o feminismo ser um tema de grande visibilidade atual, como citado anteriormente, e de um engajamento político pessoal. Em 2013, ingressei nos movimentos sociais da cidade de Belo Horizonte, Tarifa Zero, Marcha das Vadias, e o Espaço Comum Luiz Estrela do qual participei mais ativamente à época da ocupação. A partir daí tive acesso aos debates do movimento feminista, ao qual fui me integrando. Como mulher e feminista, acredito ser de extrema importância discutir novas formas e modelos para se lidar com a violência de gênero, e as Ciências Sociais oferecem a possibilidade de pensar teoricamente sobre o tema, já que as relações assimétricas de gênero estão presentes de forma intrínseca à história de nossa sociedade.

No dia 8 de março de 2016, representantes do Movimento de Mulheres Olga Benário¹⁰ ocuparam um casarão na Rua Guaicurus, no centro de Belo Horizonte. De acordo com as mulheres do movimento, o local foi escolhido devido ao fato de ser um famoso ponto de prostituição da cidade. O objetivo era fazer, naquele espaço, uma ocupação que pudesse abrigar mulheres vítimas de violência doméstica e que não possuíam local onde se acomodar. O nome escolhido para ocupação foi o da militante feminista e anarquista Epertirina Martins.

6 *Deixa ela trabalhar*, movimento de repórteres esportistas contra o assédio sofrido pelas repórteres durante entrevistas.

7 *Mexeu com uma, mexeu com todas*, movimento criado pelas atrizes da Rede Globo, com apoio dos atores, contra o assédio sexual, após a denúncia de uma figurinista contra o ator José Mayer.

8 Dicionário americano existente desde 1828, atualmente possui versão online.

9 Revolução Feminista. Revista ISTOÉ 28 fev/2018 – Ano 51 – nº 2514

10Página no Facebook do Coletivo de Mulheres Olga Benário
https://www.facebook.com/pg/olga.benario.14/about/?ref=page_internal

Além de um espaço para abrigá-las, o coletivo reivindicava mais políticas públicas que protegessem os direitos das mulheres. Em junho do mesmo ano, o prédio foi desocupado após uma ordem de reintegração de posse ter sido expedida pelo governo de Minas Gerais, dando início a um processo de negociação que resultou na cessão, pelo Estado de Minas Gerais, de outro imóvel, que pertence ao Centro Risoleta Neves de Atendimento à Mulher (Cerna), o qual se encontrava sem uso há cerca de 4 anos¹¹. Esse imóvel situa-se na Rua Paraíba, 641, no bairro Funcionários, onde hoje funciona a Casa de Referência da Mulher Tina Martins, autofinanciada e gerida.

Na Casa acontecem rodas de conversas sobre violência de gênero, direito das mulheres e outros assuntos relacionados ao tema, elas acontecem sem periodicidade definida e são conduzidas pelas Benárias¹² ou por convidadas. As mulheres abrigadas e acolhidas também contam com reuniões individuais para falar sobre suas necessidades, sobre a vida e relações na Casa, com as mulheres do coletivo, que se revezam para dormirem no local, além dos serviços disponibilizados pela Casa, executados por voluntárias, como serviço social, psicologia e advocacia.

Segundo Saffioti (1994), algumas mulheres conseguem romper com a relação de dominação e muitas delas ingressam na luta pelos direitos femininos, passando a enxergar os direitos humanos a partir de uma perspectiva de gênero. É possível pensar, para o caso da Casa Tina Martins, que a relação das mulheres com o movimento feminista colabora para o empoderamento das mulheres frente à violência? O feminismo é capaz de quebrar com o ciclo da violência de gênero? Poderia ser este movimento político eficaz como fonte de informação, de acolhimento e de luta contra este tipo de violência, fazendo com que as mulheres que tomem conhecimento da causa e façam parte dela, não só compreendam as relações assimétricas de gênero, mas que também sejam capazes de quebrar o

11 O imóvel foi cedido provisoriamente por dois anos.

12 Nome utilizado para se referir as mulheres que fazem parte do coletivo Olga Benário

ciclo violento em que se veem inseridas devido às desigualdades desse sistema de gênero?

Esta pesquisa buscou compreender o movimento feminista como dispositivo para quebrar o ciclo de violência de gênero no qual algumas mulheres estão inseridas. Para isso, foi necessário compreender as relações assimétricas de gênero, a violência de gênero em suas várias facetas e as formas existentes para combatê-la, os feminismos em todas suas diversidades e as mulheres que de alguma forma contribuíram para o desenvolvimento desse movimento, mesmo que indiretamente.

Segundo Pinto (2010), a partir do século XX, o movimento feminista passou por um processo de profissionalização, buscando trabalhar junto ao Estado para atender as demandas propostas pelo movimento. Em Minas Gerais, três cidades possuem Casas Abrigo para mulheres em situação de violência: Belo Horizonte, Governador Valadares e Uberaba, totalizando cerca de 50 vagas¹³. Belo Horizonte possui um equipamento para mulheres vítimas de violência, com capacidade para atender 13 mulheres, a Casa Abrigo Sempre Viva, localizada no bairro Floresta, que iniciou suas atividades em junho de 1997. Criada pela prefeitura, a casa acolhe temporariamente mulheres vítimas de violência de gênero e em risco iminente de morte, e também seus filhos menores de 16 anos¹⁴. Mesmo assim, parte das pessoas que pertencem ao Coletivo de Mulheres Olga Benário acredita ser necessária a criação de outro abrigo sem relação com o Estado. Daí o surgimento da Casa de Referência da Mulher Tina Martins que se propõe a desempenhar um trabalho de acolhimento, proteção e disseminação de informação, para mulheres vítimas de violência, executando assim uma função para a qual o Estado não se mostra eficaz, já que os números da violência de gênero no país têm aumentado; a taxa de feminicídio, por exemplo, subiu 6,5% quando comparados os anos de 2017

13 <https://www.brasildefato.com.br>

14 <http://www.belohorizontemais.com.br/bairro-floresta/orgaos-governamentais/Orgaos-municipais/1238/casa-abrigo-sempre-viva/>

em relação ao de 2016, e apesar do número de notificações ter aumentado, ainda há uma subnotificação dos casos¹⁵.

Este trabalho se justifica tanto pela análise da relação de dominação do homem para com a mulher através da violência, quanto pela análise das relações das mulheres presentes do coletivo, na luta contra a violência de gênero, como uma alternativa de proteção frente à impunidade, respaldo cultural e à possível falta de eficácia do Estado em proteger as vítimas e punir os agressores. A violência de gênero é um tema fundamental a ser investigado pelas ciências sociais e a Casa de Referência da Mulher Tina Martins pode ser pensada como um lugar que contribui para que as mulheres saiam do ciclo da violência.

Metodologia

Para esta pesquisa, além da revisão de literatura, também foi feita uma etnografia na Casa de Referência da Mulher Tina Martins, na cidade de Belo Horizonte, de julho de 2017 a fevereiro de 2018. A Casa, que nasceu como uma ocupação ocorrida em 2016, no dia internacional da mulher e para exigir mais direitos para as mulheres, é hoje uma casa de referência que faz parte da rede de enfrentamento de violência contra a mulher do estado de Minas Gerais; acolhe mulheres vítimas de violência de gênero (dentro de suas múltiplas formas) e abriga aquelas em casos mais urgentes, como os de mulheres que não têm onde morar e aquelas que correm risco de morte.

No período da pesquisa de campo, observei o cotidiano da casa, tentando me aproximar ao máximo das mulheres a partir de conversas informais, mas também fiz entrevistas em profundidade com algumas mulheres. Durante esse período, colaborei em algumas tarefas da Casa, olhava as crianças quando havia

15 Parceria do G1 com o Núcleo de Estudos da Violência da USP e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Pesquisa do site G1 <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/cresce-n-de-mulheres-vitimas-de-homicidio-no-brasil-dados-de-feminicidio-sao-subnotificados.ghtml> < Acessado em novembro de 2017>

necessidade, ficava com as chaves da despensa quando as coordenadoras da Casa precisavam sair, ajudava na limpeza do galpão para os eventos na Casa, entre outras várias atividades que se fizessem necessárias. No princípio tive dificuldade de entrosar com as coordenadoras da Casa e, embora tenha sido bem acolhida, nosso contato era limitado por conta dos afazeres burocráticos que ocupavam grande parte do seu tempo, e também porque passavam muito tempo entre elas dentro do quarto reservado para elas (as Benárias se revezam para dormir na Casa), e eu passava maior parte do tempo com as abrigadas, na sala comum. Com o tempo a relação foi mudando, elas passaram a ficar mais tempo na sala, e houve mais facilidade para nos aproximarmos. Em relação às abrigadas, o nosso relacionamento foi mais fácil, elas se sentiam à vontade pra conversar sobre assuntos do dia-a-dia, faziam perguntas sobre profissão, estudo, queriam saber sobre mim; e a conversa fluía naturalmente.

Foram realizadas conversas informais tanto com as abrigadas da Casa quanto com as mulheres do Coletivo, sendo para estas últimas utilizadas também entrevistas semiestruturadas. A decisão de não utilizar entrevistas semiestruturadas com as mulheres acolhidas justifica-se por não se ter a intenção de fazê-las reviver traumas com o mero objetivo de registros acadêmicos. Além disso, os relatos feitos de forma espontânea têm o mesmo valor de uma entrevista roteirizada.

De acordo com Peirano (2008), a etnografia é a própria teoria vivida, um modo de interpretar e não só metodologia ou prática de pesquisa. A referência teórica é o par inseparável da etnografia, é o diálogo entre ambos. A autora afirma ainda que a boa etnografia considera a comunicação no contexto da situação, transforma em linguagem escrita a experiência no campo e analisa a eficácia social das ações das pessoas.

Nos 8 meses de pesquisa empírica, ia à Casa uma vez por semana e ficava lá durante o período da tarde até a noite. Ao longo do tempo minhas funções na Casa foram aumentando, ficava sozinha com as abrigadas quando as Benárias precisavam sair, também cuidava da chave da despensa e ficava responsável em

abri-la para pegar os mantimentos quando necessário. Além disso, ajudava na limpeza quando necessário e na organização da Casa e atendimento durante as feiras.

A escolha da Casa como campo de estudo se deveu ao fato de ter sido, segundo as participantes do Coletivo, a primeira ocupação de cunho feminista com objetivo de acolher mulheres na América Latina. A violência de gênero é um tema fundamental a ser investigado pelas Ciências Sociais e a Casa de Referência da Mulher Tina Martins pode ser pensada como um lugar que contribui para que as mulheres saiam do ciclo da violência. Além disso, o Coletivo responsável pela Casa é feminista, e o movimento feminista, segundo Machado (1997), é considerado dentro das Ciências Sociais um dos lados de uma polarização: representa uma postura “militante” antagonizando a “pesquisa ortodoxa”. Ainda segundo a autora “ou o campo tende a ser ‘normalizado’ pelo peso das instituições universitárias ou, por ser militante, marginalizado e expulso pelas instituições universitárias” (MACHADO, 1997, p 95). Daí a escolha do tema, a importância de se discutir a violência contra a mulher de uma perspectiva do movimento feminista, representada pela Casa.

A dissertação está dividida em três capítulos, além das considerações Finais. O primeiro capítulo, **Pensando as relações de dominação e violência a partir do gênero**, traz uma discussão sobre o termo gênero. Esse capítulo apresenta os seguintes tópicos: **Gênero, poder e violência**, o qual discorre sobre as assimetrias de gênero e suas consequências; **Políticas públicas, leis de proteção da Mulher**, tópico que apresenta, conceitua e explica esses processos; **Judiciário e violência de gênero: apoio às mulheres e punição dos agressores**, que trata as formas de punição dos agressores, como a lei lida com a prevenção e sanção em relação à violência de gênero e a sua efetividade.

No segundo capítulo, **Feminismos e suas perspectivas**, são apresentadas definições e propostas do feminismo em suas diferentes vertentes. O capítulo está dividido nos seguintes tópicos: **Feminismos e suas ondas**, em que se traça brevemente o processo histórico do feminismo no mundo e no Brasil; **Mulheres de**

Luta: mulheres revolucionárias na história brasileira, tópico que julgo necessário nesta dissertação, visto que não há como discutir o movimento feminista sem pensar nas mulheres que impulsionaram mudanças no país, pois foi a partir delas que vieram a força e a crença de que as mulheres podiam questionar o status que lhes foi imposto socialmente, e lutar para ocupar um lugar histórico e social que sempre lhes foi negado.

No terceiro capítulo 3, **Casa de Referência da Mulher Tina Martins**, o objetivo é apresentar a análise da casa e das mulheres que vivem, trabalham, atuam ali, a partir das observações, entrevistas e relatos feitos durante a pesquisa de campo.

Por fim, nas considerações finais, são apresentados os resultados da pesquisa e etnografia, respondendo aos problemas e hipóteses trazidas na introdução.

1. Pensando as relações de dominação e violência a partir do gênero

Há, no imaginário comum, a ideia de que os comportamentos são definidos biologicamente de acordo com o sexo do indivíduo e, segundo Moore (1987), um exemplo desse pensamento é a crença de que os hormônios masculinos são ligados à agressividade, o que justificaria o domínio masculino em posições de poder, guerras e na criminalidade.

Stolcke (1991) argumenta que o conceito liberal meritocrático de que o sucesso é inevitavelmente proporcional ao esforço individual, combinado com a ilusão de igualdade – ilustrada, por exemplo, na Declaração de Independência estadunidense que enuncia ser óbvia a igualdade entre todos os homens e seus direitos de busca à vida, liberdade e felicidade – formam um complexo ideológico que, mesmo sendo eficaz em silenciar questionamentos quanto à desigualdade socioeconômica, serve como base para estudo dos reais motivos dessa desigualdade.

A partir desta elaboração, a autora traça um paralelo entre a posição social das mulheres e a dos grupos raciais desfavorecidos, ambos unidos por uma suposta deficiência natural que os diferencia dos grupos sociais que conseguem obter sucesso. As mulheres, com sua função social reduzida à maternidade e à manutenção das classes já estabelecidas, seriam um meio para transmitir, de forma controlada, os privilégios destas classes de geração a geração. O controle desse meio de perpetuação é reproduzido na sociedade através da hierarquia que preza pela dominação das mulheres pelos homens. A autora cita, para exemplificar este ponto, a situação paradoxal entre as políticas pró-natalistas no Primeiro Mundo e as políticas de controle populacional no Terceiro Mundo, em ambos os casos, o Estado interfere nas escolhas da mulher em relação ao seu corpo através do controle reprodutivo.

Para Judith Butler (2003, 2005), a transmissão e manutenção dos privilégios de gênero apontados no parágrafo anterior podem ser definidas pelo fato do gênero ser

performativo. A partir dos *atos de fala* de Austin¹⁶, a autora afirma que o gênero seria um conjunto de atos que faz existir, materializa o que nomeia. A partir do momento em que o ultrassom identifica o sexo da criança, e o médico diz que é uma menina ou um menino, os ideais de gênero já começam a fazer parte da vida desse bebê que ainda nem nasceu. Jéssica, abrigada da Casa, está grávida de um menino, mas queria uma menina, pois foram doadas para a Casa várias roupas de cor rosa para bebê, e o seu namorado disse que “não vai aceitar vestir o menino de rosa. Rosa é cor de mulher. Azul é cor de homem”. As cores, simbolicamente associadas a menino e menina, são a primeira referência de gênero feita à criança e, logo ao nascer, é comum no Brasil que boa parte das meninas ganhe outro marcador de gênero, o furo na orelha.

Durante a infância, há brinquedos específicos para as meninas e existem aqueles exclusivos para os meninos. Os brinquedos “de menina” são associados a cuidados domésticos e à maternidade: fogãozinho, panelinhas, bonecas; além de reafirmar a feminilidade, maquiagens, pulseiras, brincos, cordões. Para os meninos, os brinquedos são associados a um padrão de masculinidade claramente vinculado a uma posição de poder: carros, bola, bonecos super-heróis.

Para Moore (1987), argumentos desse tipo levam a entender que biologia e comportamento social têm uma relação simples de causa e efeito: se o indivíduo nasce com órgãos genitais masculinos, seu comportamento será determinado por isso.

Os sentidos dados aos corpos e as práticas nas quais estes se envolvem são altamente variáveis, cultural e historicamente. Corpos, processos psicológicos e partes do corpo não têm sentido fora das suas compreensões socialmente construídas. O intercurso sexual e a reprodução humana não são somente processos fisiológicos, são também atividades

16 A Teoria dos Atos de Fala tem por base doze conferências proferidas por Austin na Universidade de Harvard, EUA, em 1955, e publicadas postumamente, em 1962, no livro *How to do Things with words* ('Como fazer coisas com palavras', tradução literal). O título da obra resume claramente a ideia principal defendida por Austin: dizer é transmitir informações, mas é também (e sobretudo) uma forma de agir sobre o interlocutor e sobre o mundo circundante. SILVA, 2006

sociais. A noção de sexo, assim como o conceito de gênero, é construída dentro de um conjunto de sentidos e práticas sociais: portanto, não pode ser um fato pré-social. (MOORE, 1987, p. 4)

Há uma noção de que existe um comportamento “original” designado a cada gênero e a exigência desse comportamento, segundo Butler (2003), é uma forma de regular a coerência de identidade que Foucault chama, ironicamente, de “verdade” do sexo. “A heterossexualização do desejo requer e institui a produção de oposições discriminadas e assimétricas entre ‘feminino’ e ‘masculino’, em que estes são compreendidos como atributos expressivos de ‘macho’ e de ‘fêmea’.” (BUTLER, 2003, p. 38-39).

Um dos maiores problemas dessas separações é, simbolicamente, já determinarmos o que pode e o que não pode para cada gênero: mulheres não devem suar, não devem se sujar, não podem sentar de pernas abertas, não podem falar palavras de baixo calão, não podem tocar nos seus órgãos genitais; em contrapartida, os homens devem se opor ao máximo ao que deve ser uma mulher, inclusive, nessa socialização, os meninos aprendem que ser mulher é ser menos, é “feio” correr “como uma menina”, bater “como uma menina”, chorar e demonstrar sentimentos é “coisa de menina”, mulher é sinônimo de fraqueza e homem, de força. E assim ensinamos aos meninos que mulheres são o modelo a não seguir e que ao agir como elas, um homem estaria abaixo do esperado para aquele gênero. Daí, podemos presumir o porquê de tanta violência para com os homossexuais, vistos como homens que renegaram todo seu direito ao poder “para agir como mulher”, e até mesmo dentro da comunidade LGBT existe preconceito em relação aos ditos “afeminados”¹⁷.

Com todas essas separações desde a infância, chegamos à adolescência com conceitos pré-formados sobre gênero, e é a partir do gênero que passamos a regular nossa identidade. A sexualidade dos meninos não é só aceita como existente, como

¹⁷<http://igay.ig.com.br/2014-04-29/gays-criticam-preconceito-dos-proprios-lgbts-sou-afeminado-sim.html>

também é incentivada, enquanto as meninas são ensinadas a se preservar, a acreditar que sua virgindade é um bem a ser protegido.

Crescemos, acreditando que as diferenças biológicas entre homens e mulheres deveriam determinar o comportamento de gênero, e é daí que vem a desigualdade entre os gêneros; é a partir dessa crença que limitamos pessoas por seus gêneros. E por mais que nessa assimetria as mulheres estejam abaixo na hierarquia de gênero, os homens também sofrem com esse padrão imposto, isso se deve à exigência de certa masculinidade, que espera que os meninos sejam fortes, violentos e que não falem sobre sentimentos, pois a sensibilidade, os medos e as angústias demonstram fraqueza, e em nossa sociedade, fraqueza é uma característica feminina. Esse sofrimento pode explicar o fato de que a taxa de suicídio entre jovens do sexo masculino, entre 20 e 34 anos, na Inglaterra e nos EUA, é bastante superior à das mulheres, segundo o documentário *The Mask You Live In*¹⁸.

Para Minayo (2005), a “honra” tem uma grande força no Brasil como base da construção simbólica de gêneros, de uma forma impensada e naturalizada. A ideia do macho violento seguiria a mesma lógica da associação do masculino aos espaços da iniciativa, do poder e da imposição da verdade, tanto na questão da sexualidade quanto na da sociabilidade. A honra do homem está ligada à forma como ele enxerga a masculinidade: o local dos instintos incontrolláveis, da agressividade e da violência.

Segundo Butler (2003), a identidade coerente de gênero não é prévia às expressões de gênero; pelo contrário, a identidade é performativamente construída através da repetição das expressões. Os atos a serem repetidos e seus significados já estão socialmente estabelecidos e legitimados, “o gênero é uma identidade tenuamente constituída no tempo, instituído num espaço externo por meio de uma repetição estilizada de atos.” (Butler, 2003, p. 200).

18 *The Mask You Live In*, EUA. 2015.

As consequências dessas normas de gênero são a assimetria de gênero e consequentemente, as violências de gênero. Para muitas mulheres, a performance da feminilidade é vista como violenta e uma forma de opressão, pois vai além dos padrões de beleza impostos, como a depilação, maquiagem, forma de se vestir, mas também diz respeito ao comportamento da mulher. Espera-se que ela seja cuidadosa, delicada, que deseje a maternidade, que não seja competitiva, ou seja, a performance da feminilidade pressupõe mulheres “belas, recatadas e do lar”. Porém, há também aquelas pessoas que não se enquadram nos padrões de gênero – lésbicas “butch”¹⁹, gays “afeminadas” e vários outros gêneros – as quais podem transitar entre o feminino e masculino, ou rejeitar as noções binárias de gênero.

1.1 Gênero, poder e violência

Scott (1989) entende o gênero como a primeira forma de se significar as relações de poder. Seria o campo principal por meio do qual o poder é articulado. Ele não é o único campo, mas parece ter construído um meio consistente e recorrente de tornar eficaz a significação do poder masculino. O conceito de gênero molda a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social, portanto, é um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana.

Em um artigo escrito em 1986, a autora afirmava que a palavra gênero começou a ser utilizada pelas feministas para se referir à organização social das relações entre os sexos. O uso da palavra também revelava a rejeição do movimento às ideias de determinismo biológico que vêm implícitas em termos como “sexo” ou “diferença sexual”. Além disso, o termo também era utilizado por quem defendia a necessidade de pesquisa sobre as mulheres para a transformação de paradigmas presentes na academia. Ainda segundo a autora, o “gênero” era um conceito associado ao estudo das coisas relativas às mulheres. No seu uso mais simples, visto como sinônimo de “mulheres”, objetivando, de acordo com ela, mostrar a seriedade de um trabalho, já

19 A palavra butch é uma expressão da língua inglesa, também utilizada no Brasil para denominar lésbicas consideradas masculinizadas.

que a categoria gênero teria uma conotação mais objetiva e neutra do que “mulheres”.

O gênero é igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. O seu uso rejeita explicitamente as explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum para as várias formas de subordinação no fato de que as mulheres têm filhos e que os homens têm uma força muscular superior. O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais”: a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. [...] Gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseados nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. (SCOTT, 1989. p.7)

Socialmente, as características atribuídas ao feminino e ao masculino servem de critério de avaliação: forte/fraco, razão/emoção; cabendo ao masculino as características ligadas ao poder. Em uma aula de Gênero e Trabalho, no curso de mestrado em Ciências Sociais da PUC Minas, a professora²⁰ solicitou a nós, estudantes, que citássemos características atribuídas ao homem e à mulher levando em conta o pensamento do senso comum, e todas foram anotadas no quadro, de um lado homem e do outro, mulher. Com apenas uma exceção, todas as características se encaixavam como opostas quando comparávamos homem e mulher, como se houvesse um encaixe perfeito entre os gêneros. Às mulheres era dado o lugar do cuidado, da sensibilidade, da fraqueza, e ao homem, as características de força, poder, comando. A única característica para a qual não havia o “oposto” a ser conectado foi a de mãe, pois não foi citado pai como uma característica masculina, embora tivesse aparecido provedor.

O exemplo acima pode ser interpretado por meio da reflexão de Scott (1989), ao afirmar que o gênero implica quatro elementos relacionados entre si: primeiro, símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações múltiplas e em sua maioria, contraditórias, como por exemplo, Eva e Maria como símbolo da mulher na tradição ocidental cristã, mas também mitos de luz e escuridão, de purificação e poluição, de inocência e corrupção. Segundo, conceito que coloca em evidência

20 Alessandra Chacham.

interpretações do sentido dos símbolos que tentam limitar e conter as suas possibilidades metafóricas. “Esses conceitos são expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas e, tipicamente, tomam a forma de uma oposição binária que afirma, de modo categórico e inequívoco, o sentido de homem e mulher, de masculino e feminino.” (SCOTT, 1989). O terceiro aspecto: descobrir a natureza da repressão que leva à aparência de uma permanência fixa da representação binária dos gêneros. O quarto aspecto do gênero é a identidade subjetiva: o gênero é construído igualmente em várias aéreas da vida, economicamente, na política, e também na vida privada.

Segundo Barbieri (1993), articulado com outras desigualdades e hierarquias, mas também possuindo uma estrutura própria, o gênero é uma forma de desigualdade. Quase todas as mulheres são subordinadas por um poder múltiplo que não necessariamente vem do Estado ou das autoridades, mas de várias esferas da sociedade, em diferentes espaços sociais. Rubin (1993) analisa o gênero como um sistema de poder advindo de conflito social e afirma que a diferença entre os gêneros vem servindo para favorecer os homens em resoluções de conflitos contra as mulheres.

Barbieri (1993) afirma que a possibilidade de construir com o corpo é uma capacidade tanto dos homens quanto das mulheres, porém somente as mulheres são capazes de gerar outro corpo. Mesmo que seja necessária a presença de um homem e de uma mulher para que ocorra a fecundação, só o corpo da mulher é necessário para o desenvolvimento do feto. Se o homem pretende perpetuar a espécie, é preciso que ele se envolva com uma mulher, e aí está o poder da mulher que, embora não lhe pertença, é apenas concedido a ela pela sociedade durante sua idade reprodutiva. No entanto, para assegurar o controle sobre a reprodução e reivindicar o direito sobre a vida gerada, o homem controla a sexualidade da mulher. O homem teria ainda o privilégio da abordagem sexual, de decidir com quem a mulher pode ter relações sexuais e de controlar a capacidade reprodutiva das mulheres. Porém, essa exclusividade não é definitiva, é somente durante os anos de

vida reprodutiva da mulher, “como se pode observar, fala-se de controle e não de eliminação do corpo.” (BARBIERI, 1993, p.7)

Isso é uma realidade na vida de várias mulheres a quem, em geral, é cobrada a “gestão da maternidade”, esse controle sobre o corpo da mulher fica claro em países onde o aborto não é legalizado. O Brasil é um desses países, e o número de crianças que não têm o nome do pai no registro, embora seja um direito previsto pela constituição e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, tem aumentado no país. Dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com base no Censo Escolar de 2011, apontam que há 5,5 milhões de crianças brasileiras sem o nome do pai na certidão de nascimento, assim como o número de famílias que são constituídas sem a presença de um pai/marido, nas quais as mulheres são chefes de família. De acordo com o IBGE, em 2000 as mulheres chefiavam 24,9% dos 44,8 milhões de domicílios, em 2010, 38,7% dos 57,3 milhões de domicílios registrados já eram comandados por mulheres. Segundo a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), em mais de 42% desses lares, a mulher vive com os filhos sem marido ou companheiro.

Se o sistema de gêneros é um sistema de poder, remete às maneiras como se estrutura e se exerce nos espaços reconhecidos do mesmo. Ou seja, é necessário dirigir o olhar para as definições de pessoa e de cidadania enquanto sujeitos de direitos e responsabilidades, para as formas e conteúdo da participação na esfera pública, para o Estado, para o sistema político (e de partido) e para a cultura política. Estes problemas estão cada vez mais presentes na literatura sobre as mulheres e os gêneros, em que se analisa e se reflete sobre os movimentos sociais criados por mulheres (incluindo o movimento feminista em suas diversas correntes), a participação das mulheres no sistema político institucional e a orientação das políticas estatais dirigidas ao atendimento das demandas da população feminina. A partir destes estudos se fazem cada vez mais evidentes o caráter masculino destas esferas, as dificuldades para superá-lo, os conflitos de interesses opostos entre os gêneros cada vez que os privilégios masculinos são questionados e se propõe limitá-los, assim como as alianças que podem transcender o gênero imputado aos (as) atores (atrizes). (BARBIERI, 1993, p.10)

A autora afirma que, por um lado, enquanto o sistema de poder (de gênero) busca controlar o corpo e algumas de suas capacidades, suas relações são instáveis e inseguras. Ele produz verdades, disciplina e ordem, mas está também sempre em

perigo e ameaçado de perder-se. Por isso não são suficientes leis e normas, ameaças cumpridas e castigos exemplares.

Percebe-se a linha tênue entre esse sistema e a violência que ocorre a partir dele, quando Machado (2010) afirma que o ponto crucial na produção e manutenção da assimetria de gênero nas relações conjugais é a autorização legítima do direito do homem de bater na mulher. Mulheres são majoritariamente alvos de atos cotidianos e crônicos de violência física, sexual e psíquica, sendo assim é fundamental uma análise da violência de gênero, assunto que será tratado no próximo tópico.

Isso não significa que todos os homens têm aversão ao feminino ou são coniventes com as violências associadas ao gênero. Se é possível para a mulher compreender e lutar contra o sistema que a violenta e subjuga, o homem também é capaz dessa compreensão, de apoiar a luta das mulheres e de se negar a perpetuar esse sistema de opressão no qual ele está inserido e do qual ele também é vítima.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) reconhece, desde 1996, a violência como uma questão de saúde pública e, segundo Ângulo-Tuesta (1997), muitas mulheres brasileiras sofrem violência de gênero. A violência do homem contra a mulher faz parte da estrutura social de gênero no Brasil e ocorre de diferentes formas: ironia, espancamento, reprodução forçada, estupro, homicídio etc. (SAFFIOTI, 1994).

No espaço público, o número de homens vítimas letais da violência é maior do que o de mulheres²¹, porém, em se tratando de violência doméstica e sexual, as mulheres são as maiores vítimas (Ministério da Saúde, 2013). Ainda segundo a pesquisa, a maior causa de morte de mulheres no Brasil é a violência praticada por seus parceiros, e quando a prática da violência não é interrompida, a agressão pode evoluir para um feminicídio²². Segundo Machado (2010), os atos de violência de homens contra homens são feitos pelo valor do desafio e da defesa da honra, seja por mulheres ou por influência e tais atos possuem mais chances de resultar em morte. Já em relação às mulheres, os atos violentos praticados pelos homens estão

21 WAISEFELFIZ, J. J. Mapa da violência 2010: Anatomia dos homicídios no Brasil. Instituto Sangari. 2010.

22 Homicídio cometido por razões da condição de sexo feminino. Lei n. 13.104, de 09 de março de 2015.

vinculados ao controle, ao poder e ao ciúme, e tendem a ser de violência cotidiana, mas podem também resultar em morte, embora com menor frequência. O assassinato é uma perda de controle e, como o controle do homem em relação à mulher deve ser constante, as mulheres, quantitativamente, sofrem mais espancamentos que os homens. Cerca de 70% das mulheres sofrem algum tipo de violência diretamente ligada à questão do gênero ao longo de sua vida²³. Segundo o Banco Mundial, a probabilidade de uma mulher entre 14 e 44 anos sofrer abuso sexual e violência doméstica é maior que a de desenvolver câncer, contrair malária ou sofrer um acidente de trânsito²⁴.

Quadro 1 - ÍNDICE DE FEMINICÍDIO NO BRASIL

1980 a 2010 (30 anos)	92.100 mulheres mortas	Mapa da violência
2000 a 2010 (10 anos)	43.654 mulheres mortas	Mapa da violência
2011	4.512 mulheres mortas	Mapa da violência
Mortes por ano	5.664 mortes por causa violenta	Pesquisa do IPEA
Mortes por mês	472 mortes por causa violenta	Pesquisa do IPEA
Mortes por dia	15,52 mortes por causa da violência	Pesquisa do IPEA
Mortes por 1h30min	1 morte por causa da violência	Pesquisa do IPEA

23 www.un.org/es/women/endviolence/pdf/factsheets/unite_the_situation_sp.pdf.

24 Gender-Based Violence, Health and the role of the Health Sector: At a Glance. Junho/2009.

Quadro 2 - CIRCUNSTÂNCIAS DA MORTE²⁵

Arma de fogo	49,2%
Objeto cortante/penetrante	25,8%
Objeto contundente	8,5%
Estrangulamento/sufocação	5,7%
Outros meios	10,8%
Local da morte	41% agressão originada em residência/habitação
Vínculo (parceiro ou ex-parceiro)	65%

Quadro 3 - Das vítimas²⁶

Idade das vítimas	20 a 39 anos: 54% das vítimas
Raça	Mulheres negras: 61% dos óbitos (salvo na região Sul)
Escolaridade	Até 8 anos de estudo: 48% das vítimas (maiores de 15 anos)

De acordo com o Ministério da Saúde, entre 2009 e 2010, 75563 casos de violência sexual e doméstica foram notificados, sendo que 57% dessas agressões ocorreram dentro da casa das vítimas, e em 34% das notificações a mulher já tinha sofrido agressão anteriormente. Ainda segundo essa pesquisa, nesse mesmo período de tempo, 12054 casos de violência contra meninas de zero a nove anos foram notificados, e em 46% desses casos a violência era de cunho sexual. Para as adolescentes, de dez a dezenove anos, 19452 casos foram notificados, 53% de

25 Mapa da violência presente em: Lei Maria da Penha – O processo penal no caminho da efetividade, 2015

26 Pesquisa do IPEA presente em: Lei Maria da Penha – O processo penal no caminho da efetividade, 2015

agressão física e 42% de violência sexual²⁷. Segundo Fernandes (2015), há um desenvolvimento específico da violência doméstica na maioria dos casos, esse “ciclo da violência” tem três fases: tensão, que se caracteriza por um clima instável, o homem demonstra agressividade (aumento no tom de voz, acusações e destrato à mulher) e a mulher se retrai. Explosão, perda de controle por parte do homem, as ameaças são concretizadas através da violência. Nessa fase a mulher tem grande dificuldade de se opor a violência. Lua de mel, o homem se arrepende após a agressão e por medo do abandono ou da punição, e a mulher retoma as esperanças, acredita na mudança do parceiro.

Segundo Fátima Pacheco Jordão, do Instituto Patrícia Galvão, os números, embora alarmantes, não correspondem com a realidade, pois estima-se que apenas 10% dos casos de violência contra a mulher são notificados no Brasil²⁸.

Nas teorias clássicas do contrato, o consentimento voluntário das mulheres foi considerado irrelevante. A dependência “natural” em relação aos homens faria delas menos do que cidadãs, logo o ideal da autonomia não se aplicaria a elas ou se aplicaria apenas parcialmente. [...] O direito paternal e dos cônjuges restringia a liberdade das mulheres e determinava, em muitos sentidos, sua vida sexual e reprodutiva. É nesse contexto que se naturalizam, no mundo moderno, a agressividade masculina e a passividade feminina – traços considerados desejáveis e, ao mesmo tempo, expressivos de diferenças naturais entre os sexos. [...] A negação da realidade do estupro decorre amplamente do fato de que a validade do consentimento dos indivíduos é distintamente considerada se são homens ou mulheres – e isso se agarrava quando se leva em consideração a posição de classe dessas mulheres e possíveis “desvios” em sua vida sexual em relação aos códigos morais predominantes. (BIROLI, 2014)

De acordo com Fernandes (2004), a vítima pode levar anos, ou passar por vários episódios de violência até que se quebre o silêncio, e esse silenciamento da vítima, que engloba o não registro de boletins de ocorrência, a retratação da denúncia, entre outros atos, é um dos traços marcantes da violência doméstica em várias

27 bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/sistema_vigilancia_violencia_acidentes.pdf

28 Erro no Acerto. O Estado de São Paulo, 5. Abril, 2014. <http://www.estadao.com.br/noticias/suplementos,erro-no-acerto,1149783> <Acessado em Junho de 2017>

partes do mundo. A autora afirma ainda que “No momento em que decide falar, quebrar o silêncio, a vítima tem de enfrentar seus próprios sentimentos, pressões familiares, medos e incertezas. E nem sempre é bem acolhida pelos órgãos públicos” (FERNANDES, 2015). Vários fatores contribuem para o silêncio da vítima, tais como:²⁹

vergonha: contribui com o silêncio, pois há, por parte da vítima, o receio de expor sua intimidade e sua vida pessoal não só às autoridades mas que eventualmente serão também expostas para a família, no ambiente de trabalho e entre amigos. Há também a vergonha de se manter em um relacionamento violento, de não ter tido reação a essa violência;

crença na mudança do parceiro: a vida conjugal dificulta na decisão da mulher que é vítima na hora de fazer a denúncia, pois ela passa por momentos tensos que são suspensos (seguindo o “ciclo de violência”) por uma momentânea fase de calma, o que faz a vítima acreditar que poderá ter o relacionamento que deseja;

inversão da culpa: ocorre em alguns casos de o homem agressor tentar convencer a vítima de que ela é responsável pelo episódio de violência, como se a conduta dela fosse o gatilho para desencadear a agressão, e a mulher, subjugada, aceita a responsabilidade do ato;

revitimização pelas autoridades: acontece devido ao precário entendimento e falta de preparação das autoridades públicas que tomam posturas inadequadas;

medo de reviver o trauma: mulheres que passam por quadros de violências graves, casos de estupro, muitas vezes desejam esquecer o acontecido e por isso optam pelo silêncio.

²⁹FERNANDES, Valéria Diez Scarance. Lei Maria da Penha – O processo penal no caminho da efetividade.

No caso dos crimes sexuais, ainda hoje a reputação da vítima é colocada em julgamento, sua conduta sexual, suas vestimentas e seu comportamento são apontados e questionados, e o mesmo não ocorre com o agente da violência. Permanecem atuais as observações de que a vítima deve "provar a moral de sua conduta sexual, ao invés do acusado, o que revela a visão masculina da lei, da polícia e da justiça"; protege-se, assim, "a moral sexual da mulher e não a sua liberdade sexual feminina" (PACHECO, 1997, p. 164).

Para Sousa e Oliveira (2002), há vários fatores que contribuem para que as mulheres tenham dificuldade para sair de uma relação violenta. Saffioti (2001) reafirma a dificuldade de se romper com esse tipo de relação sem apoio de pessoas de fora do relacionamento, mas diz que, ainda assim, de diferentes formas, sempre há uma reação da mulher contra o agressor.

De acordo com Minayo (2005), a ideia do homem, do masculino, naturalizada como agente do poder, da violência e da sexualidade, e da mulher como objeto pertencente ao homem já existe e é perpetuada há bastante tempo na cultura ocidental. Saffioti (2001) corrobora essa ideia, ao apontar que na sociedade patriarcal, é dado ao homem o poder de definir o certo e o errado, e a violência como punição para os comportamentos desviantes recebe o aval da sociedade. O uso da violência ocorre como uma necessidade de garantir a obediência, já que nem sempre a constituição da organização social de gênero é suficiente para a submissão da mulher. Segundo a autora "ao longo da história da humanidade, as mulheres têm oferecido muita resistência ao domínio masculino desde sua implantação, há cerca de 7.000 – 6.500 anos ou, em outro sistema de datação há 5.100 – 2.500 anos" (SAFIOTTI, 2001, p. 126).

Em outro trabalho, Saffioti (1994) coloca que o Estado legitima o poder masculino sobre a mulher e também o normatiza, proibindo e criminalizando seus excessos. Há, segundo Machado (1998), uma suposição de um "contrato conjugal" no qual a mulher se propõe a ser virtuosa e cumprir com seus trabalhos domésticos, enquanto ao homem cabe a função de provedor, o que também é uma forma de legitimação

desse poder masculino em relação à mulher. O descumprimento desse “contrato” por parte da mulher dá ao homem a permissão de, em nome de sua honra, puni-la ou, para que não o infrinja, o parceiro a controla e a fiscaliza. Machado (2010) afirma que os agressores em relações conjugais violentas pensam em seus atos como corretivos. Acreditam que quando a mulher não obedece ou não cuida dos filhos como, na opinião deles deveria ser feito, ela deve ser punida. Ou seja, a violência é vista como disciplinar.

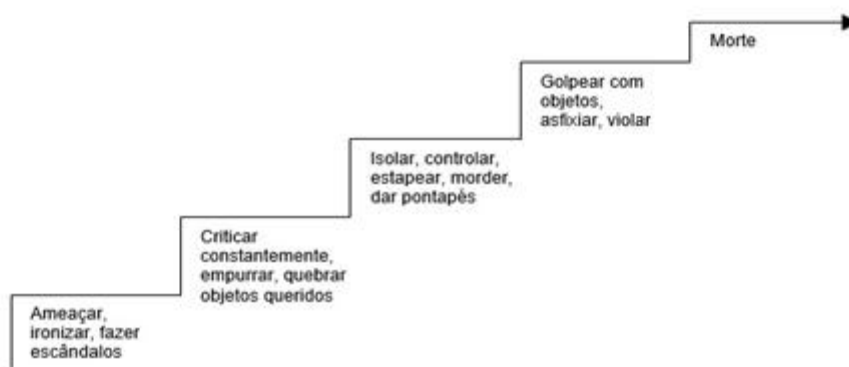
Ainda que saibam e se refiram à ilegitimidade da violência, em função dos direitos da companheira, prevalece a legitimidade do valor da “honra”, e a legitimidade do poder derivado de sua função de provedor, em nome do qual consideram legítimo o seu comportamento, minimizando e marginalizando o (re)conhecimento dos direitos individuais das companheiras. O valor da “violência disciplinar” está fundado num código cultural onde se legitimam ao mesmo tempo o sujeito masculino como o sujeito do poder disciplinar, o sujeito feminino como o sujeito da gestão das relações afetivas (com a clara instauração de uma ampla margem para conflitos) e o uso da força física como ato disciplinar e restaurador da ordem que obedece ao princípio da hierarquia do masculino em relação ao feminino e do parental em relação ao filial. (MACHADO, 2000, p. 14).

Dados da Secretaria de Políticas para as Mulheres–SEMP (2003) revelam que há um ciclo em relação ao estado de violência no qual essas mulheres estão inseridas. As dificuldades encontradas pelas vítimas durante o processo se referem à proteção e ao reparo e tais dificuldades geram um desgaste emocional na mulher, que acaba se encontrando novamente no papel de vítima. “A falta de medidas protetoras disponíveis para a mulher agredida, assim como a falta de atenção na esfera responsável por esse serviço, possibilitando que a vítima retorne à situação de violência por não encontrar alternativa” (PARENTE *et al*, 2009). Há também outros pontos que justificam a dificuldade da mulher em sair desse contexto de violência, para Machado (1998), muitas mulheres sustentam a relação na ideia de que, ao resgatar junto ao parceiro agressor seu papel maternal e o de objeto de desejo, as agressões acabarão. Para Fernandes (2015), existem muitos motivos que fazem com que a vítima se mantenha na relação violenta, em muitas das vezes, buscam fatores externos para justificar as agressões do parceiro. A associação entre violência e relações afetivas as mantém presas.

Ainda segundo Machado (1998), as agressões verbais podem acontecer de ambos os lados, do homem ou da mulher, com a mesma força e gravidade, porém a violência física é majoritariamente praticada pelos homens, que aumenta de forma gradativa resultando, em muitos casos, no homicídio. A violência executada pelo homem pode ter função disciplinar ou de demonstrar poder, enquanto por mulheres é, culturalmente, praticada como resposta, resistência “pois a agressão física feminina contra o homem não se articula simbolicamente com qualquer legitimidade disciplinar.” (MACHADO, 1998, p.38)

Na maior parte dos casos, o início da violência contra a mulher ocorre através da violência moral e psicológica, o que fragiliza a mulher e, a partir daí, evolui para a agressão física, por isso se torna tão difícil a resistência. Os ataques físicos, em função do ciclo da violência criado, tendem a se repetir e a tornarem-se cada vez mais graves.

Figura 1 - Escalada da violência



Fonte: Fernandes (2015)

Há ainda diferentes tipos de violência contra a mulher que não são físicas ou sexuais, as desigualdades que possuem como motivação o gênero também são

formas de violência. Segundo resultados do IBGE³⁰ de 2013, em 2012 as mulheres ganhavam em média 73% dos salários dos homens mesmo executando o mesmo cargo, em 2010, a média era de 70%. Em 10 anos o aumento no salário da mulher em relação ao do homem foi insignificante.

Segundo dados do Raseam³¹, as mulheres ocupam 36,2% dos cargos de direção, contra 63,8% dos homens, levando em conta apenas as mulheres negras, somente 9% ocupam esses cargos. A mesma pesquisa revela que em 2010 apenas 20,3% dos candidatos à eleição eram mulheres, em 2012 esse número aumentou para 31,9%, no Poder Executivo Federal elas ocupam apenas 21,7% dos cargos mais elevados. No judiciário, apenas 20,7% dos cargos de direção dos Tribunais Superiores são ocupados por mulheres, e como liderança nas centrais sindicais, elas também são minoria, apenas 26,2% ocupam esse cargo.

Quadro 4 - Percepção da violência de gênero por mulheres e homens

Percepção da violência	Mulheres	Homens
Descrença na proteção (pessoas que não acreditam na lei)	59% não acreditam na proteção	48% não acreditam na proteção
Motivos da descrença	43% - lei não é suficiente 52% - postura dos juízes/policiais	43% - lei não é suficiente 52% postura dos juízes/policiais
Consequências da "denúncia" de violência	60% acreditam que o agressor é preso	60% acreditam que o agressor é preso
Motivos da violência	Questão cultural - 50%	Questão cultural – 41%

30 Síntese de Indicadores sociais do IBGE

31 Presidência da República e Secretaria de Políticas para as Mulheres, " Raseam - Relatório Anual Socioeconomico da Mulher". Brasília. Novembro/2013.

	Bebida/alcoolismo – 30% Baixa autoestima da mulher – 9% Problemas econômicos – 5% Vítima fala demais/provoca – 5%	Bebida/ alcoolismo – 33% Baixa autoestima da mulher – 4% Problemas econômicos – 8% Vítima fala demais/provoca – 13%
Contato com vítimas de agressão	65% conhecem uma vítima 44% conversaram com a vítima 28% sugeriram procurar ajuda 13% preferiram não interferir	53% conhecem uma vítima 44% conversaram com a vítima 28% sugeriram procurar ajuda 28% preferiram não interferir
Empurrão”	11% não defendem a punição	20% não defendem a punição

Fonte: Instituto AVON/IPSOS (2011)

1.2 Políticas públicas e leis de proteção da Mulher

Segundo Fernandes (2015), o conceito da violência de gênero diz respeito à relação de poder de dominação do homem em contrapartida à submissão da mulher, “a prática desse tipo de violência não é fruto da natureza, mas sim do processo de socialização das pessoas” (RODRIGUES, 2017, P. 14). Ao longo da história, os papéis impostos aos homens e às mulheres foram sendo consolidados, e o fato de um gênero ter privilégios e poder em relação ao outro é uma violência por si só. Violência física contra a mulher é "qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal"³².

A violência de gênero não é um problema que afeta o âmbito privado, ao contrário, se manifesta como o símbolo mais brutal da desigualdade existente em nossa sociedade. Trata-se de uma violência que é dirigida às mulheres pelo fato de sê-las, por serem consideradas, por seus agressores, carentes de direitos mínimos de liberdade, respeito e capacidade de decisão. (Exposição de Motivos da Lei de Medidas de Proteção Integral contra a Violência de gênero na Espanha).

Para Fernandes (2015), a evolução da mulher na sociedade está diretamente ligada à evolução do direito das mulheres ao longo da história. No Brasil, por mais de cinco séculos, das Ordenações Filipinas até o Código Penal de 1940, a única lei voltada para direitos e proteção das vítimas mulheres era relativa aos crimes sexuais, porém o objetivo da proteção contra esses crimes não era a mulher, mas sim a sua honra e a de sua família. A mulher considerada "desonrada", que significava que havia sido

32 Art. 7º, I, da Lei n.11.340/2006

vítima de violência sexual, muitas vezes não podia cumprir seu papel social de esposa e mãe, e por isso, até a Lei n. 11.106, de 28 de março de 2005, o casamento do autor do estupro com a vítima o liberava de sua punição. O cuidado com a honra da mulher representava, na verdade, a preocupação com a honra do homem.

Segundo Fernandes (2015), foi no Brasil Império (1822 a 1889) que teve início o processo de fortalecimento das mulheres, as quais tiveram influência em importantes movimentos. A constituição política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824, previa a igualdade de todos perante a lei (art. 179, XIII), contudo, as discriminações continuavam, e o direito de cidadão era pensado e exercido por homens. No Período Imperial, iniciou-se um processo através do qual a mulher passou a ser inserida no contexto social, seja estudando, seja ingressando no mercado de trabalho. Ainda assim, as principais funções da mulher continuam no lar como mãe e esposa, e a forma que era tratada pela lei (principalmente em relação aos seus direitos) estava diretamente ligada à moralidade de suas condutas.

Ainda segundo a autora, após a Revolução Industrial, as mulheres republicanas passaram a ser inseridas no mercado de trabalho como operárias, trabalho somado à função de dona de casa; e mesmo com essa conquista, era o homem quem comandava a vida da mulher. O Código Civil, de 1º de janeiro de 1916, adotou um sistema claramente patriarcal, o casamento retirava a capacidade civil da mulher, passando o marido a agir em seu nome. Ao fim de grande luta pelos movimentos feministas, o Código Eleitoral, promulgado pelo Decreto n. 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, previu para as mulheres o direito do voto. Dois anos mais tarde, a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934, representou um marco histórico pelo reconhecimento, pela primeira vez em texto constitucional, do direito ao voto das mulheres. Sob o regime ditatorial de Getúlio Vargas, adveio o novo Código Penal de 7 de dezembro de 1940, no qual a violência sexual passou a ser tratada como atentatória aos costumes, substituindo a referência à segurança da honra.

O estabelecimento das mulheres como sujeito político deu-se inicialmente por meio de sua mobilização em torno da democratização do regime militar e de questões que afetavam os trabalhadores urbanos pobres, como os salários baixos, o alto custo de vida e as questões relativas à falta de infraestrutura urbana e ao acesso precário a serviços coletivos (KOWARICK, 1979). Os movimentos de mulheres, além de denunciar as desigualdades de classe, ressaltavam também questões ligadas especificamente à condição da mulher: direito a creche, saúde da mulher, sexualidade e contracepção, e violência contra a mulher.

Em consequência das demandas desses movimentos, foram implantadas, na década de 1980, as primeiras políticas públicas com recorte de gênero: o primeiro Conselho Estadual da Condição Feminina, em 1983, no estado de São Paulo; em 1985 foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, órgão do Ministério da Justiça, e também a primeira Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher, em São Paulo e, posteriormente, outras foram implantadas em todo o país (FARAH, 2004). Porém, segundo Machado (2010), a distribuição das delegacias no território nacional é desigual: em 2000, em todos os estados havia pelo menos uma delegacia especializada, o Estado de São Paulo concentrava 40% das delegacias e Minas Gerais 13%.

Na constituição de 1988, passou a ser prevista a igualdade de homens e mulheres em direitos e obrigações. As conquistas do feminismo na legislação em relação à violência doméstica e ao estupro não só representam uma contenção nos avanços desse tipo de agressão, como também representam um avanço nos direitos das mulheres à sua autonomia. “Há indícios de que essas formas de violência são, em algum grau, toleradas socialmente. [...] A violência contra a mulher pode ser entendida como uma prática social, e não individual” (BIROLI, 2014).

Tendo como base a plataforma de ação definida na Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Beijing, em 1995, e também a trajetória do movimento de mulheres no Brasil, constituiu-se no país a agenda relacionada à questão de gênero. Nessa agenda, incluem-se diversas diretrizes no campo das políticas públicas:

1. *Violência* - Criação de programas que atendam mulheres vítimas de violência doméstica e sexual, incluindo atenção integral (jurídica, psicológica e médica) e criação de abrigos. Formulação de políticas que articulem medidas na área da assistência e da segurança pública, incluindo a aplicação de medidas repressivas e preventivas mais efetivas.

2. *Saúde* - Implantação efetiva do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM) com o desenvolvimento de ações de atenção à saúde em todas as etapas da vida da mulher, incluindo cuidados com a saúde mental e ocupacional, ações voltadas ao controle de doenças sexualmente transmissíveis, de prevenção do câncer e na área do planejamento familiar, de forma a superar a concentração dos programas exclusivamente na saúde materno-infantil.

3. *Meninas e adolescentes* - Reconhecimento de direitos de meninas e adolescentes, por meio de programas de atenção integral, com ênfase a meninas e adolescentes em situação de risco pessoal e social, em situação de rua e vítimas de exploração sexual, vivendo na prostituição e expostas a drogas.

4. *Geração de emprego e renda (combate à pobreza)* - Apoio a projetos produtivos voltados à capacitação e organização das mulheres, à criação de empregos permanentes para o segmento feminino da população e ao incremento da renda familiar. Inclusão de atividades voltadas à população feminina em programas de geração de emprego e renda. Garantia de acesso a crédito para a criação ou continuidade de pequenos negócios e associações. Incorporação por esses programas da perspectiva de superação da divisão sexual do trabalho.

5. *Educação* - Garantia de acesso à educação. Reformulação de livros didáticos e de conteúdos programáticos, de forma a eliminar referência discriminatória à mulher e propiciar o aumento da consciência acerca dos direitos das mulheres. Capacitação de professores e professoras para a inclusão da perspectiva de gênero no processo educativo. Extensão da rede de creches e pré-escolas.

6. *Trabalho* - Garantia de direitos trabalhistas e combate à discriminação nos diversos níveis da administração pública e fiscalização do setor privado. Reconhecimento do valor do trabalho não-remunerado e minimização de sua carga sobre a mulher, por meio da criação de equipamentos sociais. Criação de programas de capacitação profissional.

7. *Infraestrutura urbana e habitação* - Construção de equipamentos urbanos priorizados por mulheres, como creches e outros equipamentos e serviços urbanos como postos de saúde, habitação e saneamento básico. As mulheres continuam a desempenhar um papel central em relação às questões que afetam a esfera da reprodução, devendo ser reconhecida a 'centralidade' de sua participação nessas áreas na implantação das políticas públicas. Garantia de acesso a títulos de propriedade da habitação.

8. *Questão agrária* - Reconhecimento de direitos relativos às mulheres da zona rural, nas políticas de distribuição de terras, de reforma agrária e de crédito para atividades agrícolas. Acesso a títulos de propriedade da terra, em programas de distribuição de terras. Acesso a crédito em programas de apoio à produção rural.

9. *Incorporação da perspectiva de gênero por toda política pública (transversalidade)* - Reivindica-se a incorporação da perspectiva de gênero por toda política pública (de forma transversal), mais que sua eleição como foco de políticas específicas, garantindo que a problemática das mulheres seja contemplada toda vez que se formular e implementar uma política.

10. *Acesso ao poder político e empowerment* - Abertura de espaços de decisão à participação das mulheres, garantindo-lhes que interfiram de maneira ativa na formulação e na implementação de políticas públicas. Criação de condições de autonomia para as mulheres, de forma que elas passem a decidir sobre suas próprias vidas, envolvendo, portanto, mudanças nas relações de poder em diversos espaços nos quais estão inseridas: no espaço doméstico, no trabalho etc. (FARAH, 2004)

Em 2004, foi acrescentado o termo violência doméstica no Código Penal e, um ano depois, as expressões que remetiam à honra da mulher foram retiradas da legislação. Outra modificação importante foi o fim da impunidade do agressor sexual caso ele se casasse com a vítima, e a vida pessoal da mulher deixou de ser objeto de prova. E é nesse contexto que surge a Lei n 11.340/2006, conhecida por Lei Maria da Penha, que recebeu esse nome em homenagem a Maria da Penha, que após anos de violência doméstica, foi vítima de duas tentativas de homicídio por parte de seu marido e ficou paraplégica.

Um dos principais instrumentos legais de enfrentamento à violência doméstica contra a mulher, a Lei Maria da Penha, publicada em 7 de agosto de 2006, reconhece a obrigação do Estado em garantir a segurança das mulheres nos espaços públicos e privados. Essa lei foi um grande marco, porém, para se erradicar a violência é necessário repensar papéis e relações de gênero na sociedade.

Outra forma de política de proteção à mulher, o serviço de utilidade pública, oferecido pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, é a Central de Atendimento à Mulher em situação de Violência. Desde 2005, o objetivo do Ligue 180 é receber denúncias de violência e orientar as mulheres sobre seus direitos e, quando necessário, encaminhá-las para outros atendimentos. A Central funciona 24 horas por dia, todos os dias da semana, incluindo finais de semana e feriados, e pode ser acionada em 16 países, além de em todo Brasil.

Quadro 6 - Denúncias pela Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180

Jan./jun. de 2014	265.351 ligações 30.625 casos de violência (11%)
Responsável pela violência	94% dos autores são parceiros, ex-parceiros ou familiares
Frequência da violência	77% das mulheres relataram violência diária ou semanal

Vítimas indiretas (filhos)	64,5% da violência na presença dos filhos
Filhos como vítimas diretas	17,73% dos filhos também sofreram agressões

Fonte: Central de Atendimento à Mulher (2014)

O Programa “Mulher, Viver sem Violência” foi lançado pela então Presidenta Dilma Rousseff, em 13 de março de 2013, com o objetivo de integrar e ampliar os serviços públicos existentes voltados às mulheres em situação de violência. Esse programa visa dotar as mulheres de maior cidadania e conscientização dos recursos existentes que colaboram com a ação e o seu posicionamento no âmbito familiar e social, o atendimento é delimitado às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.

1.3 Judiciário e violência de gênero: apoio às mulheres e punição dos agressores

Não há como pensar em justiça social sem levar em conta a necessidade de se acabar com a discriminação e a violência contra as mulheres. Ainda que existam regras previstas na constituição que explicitam a igualdade entre os gêneros, a falta de representação e a cultura hierárquica da sociedade são reproduzidas na criação e na aplicação das leis.

Está entre as pautas do feminismo a luta contra as violências historicamente sofridas pelas mulheres e, em algumas vertentes do movimento, a luta por proteção estatal em relação aos crimes cometidos contra as mulheres e à sensação de impotência e vulnerabilidade que eles produzem. Para Biroli (2014), a questão da privacidade dentro do cenário familiar funciona como uma ferramenta para a manutenção da dominação masculina. Como no ditado “em briga de marido e mulher não se mete a colher”, a ideia de que o ocorre na esfera doméstica diz respeito apenas aos que nela habitam mantém as relações de poder correntes e impede a ajuda para os indivíduos em situação vulnerável. “O feminismo mostra, assim, que é impossível

descolar a esfera política da vida social, a vida pública da vida privada, quando se tem como objetivo a construção de uma sociedade democrática. A tipificação da violência doméstica e do estupro no casamento como crimes são exemplos claros de que a “interferência” na vida privada é incontornável para garantir a cidadania e mesmo a integridade física das mulheres e das crianças” (BIROLI, 2014. p.33).

Segundo Santos (2017), as mulheres começaram a reconhecer as opressões e violências que sofriam a partir de observações estruturais, passaram a compreender os processos de construção social dos gêneros, iniciando jornadas de lutas para adquirir direitos e afirmar suas existências. Para Bueno (2011), foi a partir disso que as mulheres começaram a enxergar o Direito como instrumento para alcançar a igualdade em relação aos homens, e para melhorar a sua condição de vida, principalmente no que diz respeito à violência de gênero.

De acordo com Karam (2015), mesmo nas regiões onde se registram significativos avanços nas relações entre os gêneros, ainda é alto o número de agressões praticadas por homens contra mulheres. Segundo Bueno (2011), o Direito Penal passou a ser um aliado do movimento feminista na busca pela igualdade entre homens e mulheres, estratégia que foi adotada por outros diversos movimentos sociais em defesa de seus interesses, seguindo a tendência de expansão desse ramo do direito, em resposta a uma crescente demanda social por proteção estatal.

Destaca-se o Artigo 5º da Lei 11.340/06, que define o âmbito de aplicação do conceito de violência doméstica: Para os efeitos dessa Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

I – No âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II – No âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III – Em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas nesse artigo independem de orientação sexual.

Para Berres et al (2017), a implementação da Lei Maria da Penha na forma de políticas públicas ainda encontra muitas dificuldades, o conhecimento da população feminina e da população em geral sobre o seu conteúdo e aplicação necessitam de investimento público. Montenegro (2015) afirma que a lei apresenta grandes méritos em relação às medidas de prevenção e de proteção da mulher, mas tem graves problemas no campo penal: mesmo sendo batizada com o nome de uma vítima de duas tentativas de homicídio, ela praticamente não surte efeitos em situações tão graves como essa.

Segundo Fernandes (2015), o direito não é muito efetivo em combater a violência doméstica, as peculiaridades dessa forma de violência, a postura da vítima e a dificuldade de produzir provas fazem necessárias formas alternativas de apoio às vítimas e aplicação das penas.

O "sistema penal duplica a vitimação feminina", pois além de vitimadas pelo crime, "as mulheres o são pela violência institucional, que é intrínseca ao funcionamento do sistema penal e reproduz a violência estrutural das relações sociais e patriarcais e a opressão sexista". O destrato, o descaso, a falta de orientação, a culpabilização da vítima pela violência, a negativa em registrar ocorrência, o tom jocoso, a minimização da dor ou gravidade da violência dão condutas inadequadas por parte de autoridades que incrementam o sofrimento da vítima. (FERNANDES, 2015, p.194).

A autora afirma que a desigualdade patriarcal determina a relação entre homens e mulheres e elabora a aplicação das leis; mas graças aos movimentos feministas

ocorridos ao redor do mundo, esse padrão discriminatório inserido na legislação e na sociedade passou a ser discutido. Segundo Azevedo (2017), a implementação de uma legislação sobre violência de gênero deve vir acompanhada de uma mudança de mentalidade, pois sem essa mudança, a modificação dos textos legais não traz efetividade significativa na lógica dos conflitos.

Para Santos (2017), o sistema penal não é capaz de aliviar as dores das mulheres pelas perdas causadas por comportamentos de indivíduos que as desrespeitam e as agredem, todos os dias, em todos os ambientes e, portanto, para que se avance no âmbito dos direitos e da igualdade da mulher, é necessária uma mudança social que só será alcançada mediante a educação popular, políticas afirmativas e ações preventivas, não apenas através do sistema penal.

Ainda que sejam necessárias muitas mudanças para garantir maior efetividade e rapidez nas questões jurídicas do país, o que existe atualmente já representa um grande avanço em relação aos direitos e à segurança das mulheres. No capítulo a seguir, os feminismos serão discutidos, enfatizando a responsabilidade do movimento em lutar pela garantia e pelo crescimento dos direitos das mulheres.

2. Feminismos e suas perspectivas

Tudo que sabemos sobre as mulheres, em todas as áreas, seja na filosofia, na literatura ou na ciência, foi-nos contado primeiro pelos homens; sempre foi renegado à mulher o protagonismo e o papel ativo em sua própria história. Para que conquistasse seu lugar de fala, o direito de narrar os acontecidos, o seu direito à pesquisa e à memória, foi necessário muito tempo, e foi a partir dessa liberdade de expressão que o feminismo foi construído.

Segundo Soares (1994), o feminismo é uma ação política que engloba teoria, prática e ética. Alves (2013) afirma que o movimento buscava a libertação e a emancipação das mulheres, de modo que elas transformassem a si mesmas e o mundo, seja em ações coletivas, individuais, existenciais, seja na arte, na teoria e na política. Mas é preciso ressaltar, com Pinto (2010) e Saffioti (2001), que na história da humanidade sempre houve resistência das mulheres em relação à dominação masculina.

O feminismo pode ser definido como uma luta pelos direitos daqueles/as que são afetados/as pelas assimetrias de gênero, e possui muitos significados, pois suas vertentes são muitas, seu processo histórico foi e ainda é complexo. No entanto, pode-se afirmar que esse movimento foi fundamental para avanços em relação à emancipação das mulheres, mesmo que ainda haja muito a se conquistar.

Podemos dizer que o feminismo é um operador teórico-prático, mas no sentido de um contradispositivo. Ele é acionado para desativar o dispositivo do poder da dominação masculina patriarcal. Estou chamando de "contradispositivo" o método - necessariamente construído na base de uma teoria e de uma ação capaz de fazer desmontar o dispositivo que o patriarcado é. [...] O patriarcado é também uma forma de poder. Ele é como uma coisa, uma geringonça feita de ideias prontas inquestionáveis, de certezas naturalizadas, de dogmas e de leis que não podem ser questionadas, de muita violência simbólica e física, de muito sofrimento e culpa administrados por pessoas que têm o interesse básico de manter seus privilégios de gênero, sexuais, de raça, de classe, de idade, de plasticidade. O feminismo é o contradispositivo, uma espécie de agulha que fura essa bolha." (TIBURI, 2018, p.40)

Porém, não podemos reduzir o feminismo à discussão sobre gênero e sexualidade, algumas mulheres que não se sentiam representadas pelo feminismo começaram a usar outros marcadores sociais, como raça e classe, para interseccionar com o gênero.

Segundo Piscitelli (2008), o termo interseccionalidade remete às teorias sobre essas diferenças e multiplicidades que permeiam o social e se articulam com as reflexões de gênero. Ainda que se identifiquem na categoria “mulher”, a classe social e a raça interferem na forma e força da violência sofrida por determinados grupos. Segundo dados do mapa da violência³³, 58,86% das vítimas de violência doméstica são negras, elas também representam 65,9% das vítimas de violência obstétrica, e 68,8% das mulheres mortas por agressão são negras. Enquanto o homicídio de mulheres brancas teve uma queda de 9,8%, o de mulheres negras teve um aumento de 54,2%.

O movimento feminista foi percebendo que é preciso ter propostas para melhorar a vida das mulheres, isso significa lutar por um mundo melhor para todas e todos, sem perder a capacidade de responder às questões das mulheres. Nesse processo de reflexão foi produzido o conceito de gênero e, posteriormente, sua articulação com os conceitos de classe e raça-etnia (FARIA;NOBRE, 1997, p 29-30).

Ainda sobre o recorte de raça, Carneiro (2003) afirma que as hierarquias de gênero da nossa sociedade são pautadas pelo racismo, o que torna necessário que os movimentos feministas pensem maneiras de combater essa opressão, caso não o faça, acabará contribuindo com a manutenção de relações hierarquizadas entre as mulheres. Segundo Ribeiro (2017), as diferentes opressões não fazem com que uma mulher seja mais oprimida que a outra, mas a experiência dessas opressões que se entrecruzam faz com que a visão sobre o que é ser mulher parta de um ponto diferente.

33 Informação contida no Mapa da Violência de 2012 e na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE)

Discutindo sobre as representações de gênero a partir também de um recorte socioespacial, Chacham e Jayme (2016), apresentam em seu trabalho a perspectiva de jovens de diferentes classes sobre afirmativas ligadas às ideias tradicionais do papel do homem e da mulher em diferentes esferas da vida social. As jovens residentes em favelas tiveram maior nível de concordância com as afirmativas que associavam o feminino à esfera doméstica, à ideia da maternidade como um destino da mulher do que as jovens de classe média. Esses ideais foram rejeitados por grande parte delas. Esse é um caso que reafirma a ideia apresentada por Ribeiro (2017) de que as diferentes opressões criam perspectivas distintas no entendimento do que representa ser mulher. Para a autora, isso não se refere à afirmação das experiências individuais, mas à compreensão de que o lugar social que determinados grupos ocupam pode moldar suas oportunidades, visões de mundo e comportamentos.

Uma questão importante a ser discutida, é que o machismo atinge também os homens, pois aqueles que não performam a masculinidade da forma vista como devida são punidos por isso. Não é incomum ouvirmos pais ensinando às crianças frases como “homem não chora”, ou chamarem a atenção quando os filhos fazem coisas “como uma menina”. Tais opressões podem ser o motivo pelo qual, atualmente, não só muitas mulheres, mas também homens se afirmem como feministas, visto que o feminismo contribui para o questionamento sobre as relações de poder presentes em sua própria vida.

O movimento, analisado de forma ampla, luta contra a violência estrutural presente em nossa sociedade que violenta e destrói mulheres que não exercem as funções desejadas pelo sistema patriarcal, quando sua sexualidade não serve ao homem, quando não agem de forma maternal, quando não performam a feminilidade padrão e quando vão de encontro à opressão masculina. A violência doméstica sempre foi uma pauta apresentada pelas mulheres que fazem sua militância defendendo-se da violência que vem dos homens dentro e fora de casa, e, por isso, até hoje, a violência contra a mulher (não apenas a doméstica), é uma das principais bandeiras

dos movimentos feministas. A misoginia é a forma encontrada pelos homens para legitimar o comportamento violento masculino.

Um dos problemas que o feminismo enfrenta ainda hoje como movimento social é o fato de as pessoas terem problemas em se assumirem como feministas, pois o termo é fortemente carregado de estigma, associado a polêmicas ou a radicalismos, e enquanto esse medo existir, o poder transformador que emana do movimento fica só na potência e não na realização. A palavra nem sempre carregou esse sentido revolucionário e ainda hoje pode trazer vários significados tanto se tratando do feminismo como teoria ou como prática, não há um só feminismo. Para Tiburi (2018), a ressignificação da palavra feita pelo movimento tornou “feminismo” mais atraente, modificando o significado negativo que teve ao longo da história (e ainda hoje tem). Ainda segundo a autora, hoje as mulheres se auto afirmam como categoria política, para que seja possível a reivindicação de direitos, com isso o feminismo cresce em vários espaços sociais, grupos e coletivos agregam o cenário da luta pelos direitos das mulheres: “Mulher” é uma expressão básica, um signo de luta.” (TIBURI, 2018, p. 45).

2.1 Feminismos e suas *ondas*

O termo *ondas* foi utilizado para distinguir, cronologicamente, os desencadeamentos de cada geração dos movimentos feministas ao redor do mundo. O momento histórico, as reivindicações, a produção teórica e os processos de luta caracterizam cada uma dessas fases.

A chamada *primeira onda* feminista aconteceu nas últimas décadas do século XIX, inicialmente em Londres com uma sucessão de acontecimentos simultâneos em grande parte do ocidente, quando mulheres se revoltaram contra as desigualdades e se organizaram para reivindicar direitos básicos, como o direito à custódia de seus filhos (através do Custody of Infants Act of 1839³⁴), ou o direito à posse e

34 WROATH, John. 1998.

administração de propriedades (através do Married Women's Property Act of 1882³⁵), assim como reivindicações de melhorias das condições de educação e trabalho. Porém, o primeiro deles a se popularizar em maior escala e se tornar emblemático foi o direito ao voto. As mulheres que tinham este direito como tema central de sua militância ficaram conhecidas como sufragistas (PINTO, 2004).

No Brasil, o primeiro foco do feminismo também foi o sufrágio, o qual foi liderado por Bertha Lutz, bióloga, cientista de importância, que estudou no exterior e voltou para o país na década de 1910, iniciando a luta pelo voto. Pinto (2004) chama esse momento de feminismo “bem comportado”, pois era ainda um movimento conservador, em que não se questionava a opressão da mulher. Análogo aos primeiros momentos do feminismo em países como o Reino Unido ou os Estados Unidos da América, em que o feminismo não buscava questionar a subjugação estrutural da mulher, e sim garantir direitos básicos focados principalmente no casamento, no divórcio e no sufrágio (GRIFFIN, 2013).

Ainda nesta *primeira onda* do feminismo no Brasil, existiu também o movimento das operárias de ideologia anarquista, reunidas na “União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas”, que proclamaram em um manifesto em 1917: “Se refletirdes um momento vereis quão dolorida é a situação da mulher nas fábricas, nas oficinas, constantemente amesquinhas por seres repelentes” (PINTO, 2003, p. 35). Tanto na Europa e nos Estados Unidos como no Brasil, essa onda inicial foi perdendo a força a partir da década de 1930 e o movimento só foi retomado na década de 1960.

A partir da década de 1960, a força do movimento feminista na Europa e nos Estados Unidos aumentou. Nos primeiros anos foi lançada a pílula anticoncepcional e as mulheres passam a falar mais abertamente sobre autonomia do próprio corpo e o movimento tem um caráter libertário, cujas reivindicações vão além da exigência do espaço da mulher. Reivindicava-se uma nova forma de relação entre homens e

35 Idem

mulheres, apontando para a existência de outra forma de dominação além da de classe, a dominação de gênero, do homem sobre a mulher.

Enquanto nos EUA e na Europa as circunstâncias eram favoráveis ao crescimento do movimento, o Brasil era cenário de um golpe militar, momento de total repressão que resultou em uma ditadura que durou 21 anos. Foi nesse ambiente que na década de 1970 ocorreram as primeiras manifestações feministas, vistas com desconfiança pelo regime militar por serem consideradas imorais. De acordo com Correa (2001), a maior expressão do feminismo no Brasil contemporâneo ocorreu na década de 1970, quando o movimento era articulado com outros movimentos sociais da época. Foi nessa década que teve início a chamada *segunda onda* feminista.

Durante a *segunda onda*, houve lutas pela valorização do trabalho da mulher; a sexualidade e o direito ao prazer também foram pauta dessa geração, além da luta contra a violência sexual. Porém, devido ao período histórico no Brasil, um dos grandes enfrentamentos dessa fase foi a luta contra a ditadura militar; Em 1975, foi formado o Movimento Feminino pela Anistia.³⁶



36 www.geledes.org.br

Figura 1 - Foto tirada durante o evento Diálogos Urgentes, no Conservatório de Música da UFMG (24/06/16) – em primeiro plano a ativista negra Diva, em segundo plano, a icônica foto de artistas mulheres em uma manifestação contra a Ditadura Militar. (Fonte: Arquivo Pessoal)

Enquanto as mulheres no Brasil organizavam as primeiras manifestações, as mulheres exiladas e que se encontravam principalmente em Paris entravam em contato com o feminismo europeu e começavam a se reunir, apesar da forte oposição dos homens exilados – em grande parte seus companheiros –, que viam o feminismo como um desvio da luta pelo fim da ditadura e pelo socialismo. Com a redemocratização em meados dos anos 1980, o feminismo no Brasil entra em uma fase importante de grande agitação na luta pelos direitos das mulheres. De acordo com Pinto (2004), a segunda tendência do feminismo recebe o nome de feminismo “malcomportado”, e o grupo que fez parte desse momento era heterogêneo, formado por intelectuais, anarquistas e líderes operárias. Nessa época, as questões da opressão de gênero, representação política, direito à educação e temas delicados na época, como a sexualidade e o divórcio passam a ser abordados pelo movimento.

A *terceira onda* teve início da década de 1990, e nela também se iniciaram as discussões sobre os paradigmas apresentados nas fases anteriores. Segundo Ribeiro (2014), algumas feministas pertencentes a essa fase criticam a ideia do discurso universal, porque ele é excludente: “excludente porque as opressões atingem as mulheres de modos diferentes, seria necessário discutir gênero com recorte de classe e raça, levar em conta as especificidades das mulheres.” Há pautas e reivindicações que não cabem a todas as pessoas dentro da categoria “mulheres”, a mulher negra, desde a época da escravidão e após a abolição, trabalhou fora de casa, ou seja, a luta para trabalhar fora de casa, sem necessitar da permissão do marido foi da mulher branca. Também, como afirma Truth, no século XIX, a ideia de que as mulheres são frágeis nunca se aplicou às negras escravizadas:

Olhem para meus braços! Arei a terra, plantei, juntei a colheita nos celeiros, e nenhum homem podia se igualar a mim! E não sou eu uma mulher? Eu

podia trabalhar tanto e comer tanto quanto um homem – quando eu conseguia comida – e suportar o chicote também! E não sou uma mulher? Eu pari treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu chorei meu luto de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher? (TRUTH, 2018 [1851])³⁷.

Pinto (2010) afirma que na última década do século XX, ocorreu no movimento um processo de profissionalização por meio da criação de ONGs com maior foco na intervenção junto ao Estado, objetivando aprovar medidas protetoras para as mulheres e a busca de espaços para a sua maior participação política. Uma das questões centrais dessa época era a luta contra a violência sofrida pela mulher, principalmente a doméstica.

De acordo com Alves (2013), o movimento feminista atual no Brasil ainda enfrenta uma grande luta contra a violência doméstica, pois embora existam leis punitivas para tal comportamento, são crescentes as ocorrências dessa violência. Ainda segundo as autoras, a luta das mulheres não é apenas pela igualdade política e econômica, mas também para se libertarem das imposições de nossa cultura machista que afeta todas as mulheres ainda hoje e também pela defesa de uma sociedade livre de preconceitos e discriminações.

2.2 Mulheres de Luta: mulheres revolucionárias na história brasileira

Ao longo da história do país e também do mundo, várias mulheres foram de extrema importância para a realização de vários feitos, seja na ciência, na medicina, na matemática, na política e em vários outros campos. No entanto, pouquíssimas delas são oficialmente citadas na narrativa dessas histórias, muitas foram fadadas ao esquecimento por uma história que exclui mulheres, contadas por homens, sobre homens. Ainda assim essas mulheres existiram e, mesmo que não se intitassem feministas, o papel de cada uma delas de não aceitar a passividade e ser ativas na construção de suas histórias fortaleceu a luta feminista ao longo dos anos como

37 Retirado de <https://claricesemarias.com/2018/03/24/e-nao-sou-eu-uma-mulher-de-sojourner-truth/>

símbolos da potência das mulheres. A própria pesquisa sobre tais mulheres não é uma tarefa fácil, encontrei apenas Teles (1993) contando a história de forma mais aprofundada. Aliás, o seu trabalho é utilizado como referência em outros textos e livros que tratam do assunto.

Nos parágrafos posteriores segue uma linha do tempo de mulheres que durante a história, através dos seus atos, foram de grande importância para que a luta feminista ganhasse as formas que tem atualmente. Essa linha do tempo tem como referência, o livro *Breve história do Feminismo no Brasil*, de Maria Amélia de Almeida Teles (1993), apenas Dilma Rousseff, Helena Greco e Marielle Franco foram adicionadas para além da pesquisa da autora.

Este capítulo é necessário para que se compreenda que somente com as mulheres tomando lugares de luta e de fala, haverá o desenvolvimento de seus direitos. As mulheres a seguir, mesmo as que vieram na história antes da invenção do termo feminismo, ou ainda que não se intitulassem como feministas, foram direta ou indiretamente responsáveis pelos avanços sociais das mulheres e também do movimento feminista, por isso acredito ser fundamental mostrar os passos de grandes mulheres que tornaram a realidade de hoje possível e que inspiram as lutas dos dias atuais.

As ações dessas mulheres foram importantes marcos para compreender, não só a luta das mulheres frente a uma opressão masculina, fazendo assim possível que mulheres como as do Coletivo Olga Benário, e locais como a Casa de Referência da Mulher, fossem criados, como também são relevantes para a compreensão das diferenças presentes na construção de desigualdades entre os gêneros.

Ao longo da história no Brasil colonial, várias mulheres incluídas em diferentes contextos sociais e com diferentes posições frente à colonização e outros temas da época, lutaram e contribuíram com os acontecimentos históricos da época. Porém, as poucas que foram registradas nos livros de história se tornaram personagens históricas por terem atribuídos a elas adjetivos negativos e estigmatizados, relacionados, entre outros temas, à loucura, à traição e à prostituição, como Bárbara

Heliodora, Chica da Silva, Domitila de Castro e Dona Beja. As personagens que não tiveram sua relevância atribuída a estas características pejorativas e caricaturescas tiveram como destino o esquecimento.

Devido à proporção desigual em que os escravos africanos eram trazidos para o Brasil, as mulheres eram minoria tanto na sociedade em geral quanto nos quilombos. Em Palmares, por exemplo, a proporção era de cinco homens para uma mulher, mas o papel das mulheres nos quilombos não foi menos importante. Por exemplo, Aquilino, filha do rei de Congo, trazida como escrava para o Brasil, foi uma das fundadoras do quilombo de Palmares; Dandara foi uma importante guerreira desse quilombo e se suicidou quando foi presa, jogando-se de uma pedreira em um abismo para não voltar à condição de escrava.

Existem outros exemplos de mulheres negras em um papel de liderança nas comunidades quilombolas. Filipa Aranha foi líder do quilombo do Mola no Pará, Teresa de Quariterê liderou por duas décadas o quilombo de Quariterê, no Mato Grosso e Zeferina, na Bahia, liderou o quilombo de Urubu contra a opressão dos capitães do mato.

No século XVII, surgem grupos organizados que buscam a independência do Brasil em relação a Portugal. Em Minas Gerais, Bárbara Heliodora, uma poetiza e ativista política, encorajou o marido a participar do movimento separatista conhecido como a Inconfidência Mineira, impedindo-o de entregar seus companheiros de luta para a Coroa Portuguesa.

Maria Quitéria, uma mulher baiana, fugiu de casa usando trajes masculinos, alcançou o posto de cadete nas Forças Armadas Brasileiras e lutou na Guerra da Independência do Brasil, recebendo a insígnia de Cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro.

Madre Joana Angélica, também baiana, foi atingida por uma baioneta e morta quando resistiu à invasão portuguesa de seu convento com o pretexto de encontrar

patriotas que se escondiam no local, transformando-se em uma importante mártir da Independência.

Por volta de 1830, o Brasil passa por uma série de revoltas sociais, e nesse contexto surge Anita Garibaldi, uma mulher catarinense que participou das lutas republicanas durante a Guerra de Farrapos, no Rio Grande do Sul, e posteriormente atuou na Europa, lutando por sua unificação.

No Brasil da primeira metade do século XIX várias mulheres começaram a lutar por seus direitos à educação. No início do período imperial, foi reconhecido o direito ao estudo feminino, restrito ao ensino de primeiro grau e com conteúdo adaptado para este público. Nas escolas, a instrução ministrada às meninas limitava-se apenas à execução de tarefas domésticas, enquanto os rapazes recebiam instrução formal, envolvendo alfabetização, escrita e matemática. Na aritmética, por exemplo, às meninas era ensinado apenas as quatro operações básicas, pois não era considerado útil para elas o conhecimento de geometria ou de outras ramificações da matemática.

Apenas em 1881 uma mulher frequentou um curso de ensino superior. Em 1887, Rita Lobato Velho Lopes formou-se em Medicina na Faculdade de Medicina da Bahia, tornando-se a primeira mulher graduada no país, defendendo sua tese de conclusão sobre o parto cesáreo.

Após a proclamação da República, o país sofreu mudanças políticas, econômicas e sociais, o que criou um cenário propício para novas ideias, entre elas o questionamento do papel exercido pelas mulheres no país e as condições em que elas exerciam este papel. Ainda que não fosse um momento de efervescência plena de produção literária sobre o assunto, já existiam mulheres questionando o papel de submissão que lhes era imposto.

Esse período foi marcado pelo fortalecimento dos movimentos abolicionistas e várias mulheres se organizaram em sociedades visando à defesa desses ideais. Neste momento, a questão da submissão da mulher vem à tona: apesar de participarem

plenamente nas campanhas a favor do movimento, pouquíssimas vezes eram mulheres que vinham a público para discursar sobre o tema. Maria Amélia de Queiroz, que criou em 1884 o movimento Ave Libertas – uma associação de mulheres que lutava pelo fim da escravidão – foi uma das poucas a dar palestras públicas sobre a abolição em 1887.

Nísia Floresta Brasileira Augusta foi uma das primeiras feministas brasileiras e defendia a abolição da escravatura, a educação e a emancipação da mulher e a instauração da República Brasileira. Fundou em 1838 um colégio exclusivo para meninas, no Rio de Janeiro. Nessa época surge a primeira romancista brasileira, Maria Firmina dos Reis, com o romance Úrsula, o primeiro de cunho abolicionista escrito por uma mulher.

A presença feminina também foi manifestada através da imprensa. Vários jornais produzidos por mulheres feministas surgiram no século XIX com forte influência para estimular e disseminar novas ideias a respeito do potencial feminino e seu papel em uma sociedade opressora. O Brasil foi o país latino-americano onde houve o maior empenho do jornalismo feminista. Destacam-se *O jornal das senhoras* (1852); o *Belo Sexo* (1862); *O Sexo Feminino* (1873), que após a Proclamação da República passou a se chamar *Quinze de Novembro do Sexo Feminino*; *O Domingo* e o *Jornal das Damas* (1870); *Eco das Damas* (1879); *O Direito das Damas* (1882); *A Família* (1888) e *A Mensageira* (circulou de 1897 a 1900).

Em São Paulo, no ano de 1981, um grupo de mulheres feministas lançou um jornal bimestral chamado *Mulherio*, tendo como jornalista responsável a feminista Adélia Borges. O conselho editorial do jornal era composto de pesquisadoras, professoras e jornalistas que tomavam a problemática feminista como mote principal. O jornal foi aclamado pelo público feminino e já possuía cerca de mil assinantes em sua terceira edição. Era também vendido em livrarias e distribuído por entidades e grupos de mulheres.

O jornal tratava de temas importantes para o feminismo da época: a extensão da licença maternidade para os pais (o jornal foi precursor desta ideia no Brasil), a

democracia doméstica, a situação da mulher negra e a existência de um movimento de mulheres negras. Em 1982, divulgou as propostas das candidatas para o Legislativo que mostravam apoio das bandeiras feministas, como:

- O direito à creche, para que o Estado também assuma os encargos da maternidade;
- A descriminalização do aborto;
- O direito à aposentadoria aos 25 anos de serviço.

O jornal *Mulherio* teve uma duração bem maior do que os anteriores, estando em atividade desde 1981 até cerca de 1987.

Ao longo dos anos várias mulheres também se fizeram presentes nas lutas sindicais, tendo como demandas principais: salários semelhantes para trabalhos semelhantes; acesso a cursos profissionalizantes e a cargos de chefia sem discriminação por sexo; iguais oportunidades de trabalho; oposição ao trabalho noturno; contra o abuso de autoridade pela chefia e o controle de tempo de banheiro; em prol da criação de equipamentos públicos que permitissem a redução da dupla jornada de trabalho, como creches financiadas pelo Estado, por creches e berçários nas fábricas, por restaurantes coletivos, pelo direito de amamentação durante o período laboral, pela estabilidade e segurança para a mulher casada e gestante, por melhor assistência médica na área de saúde da mulher, por maior participação social, política e sindical e pela criação do departamento feminino nos sindicatos.

As mulheres se fizeram presentes na política no período da ditadura, foram de extrema importância em muitas das organizações de oposição ao governo militar e, com êxito, desafiaram regras autoritárias durante os anos 1970 e início dos 80. Em Belo Horizonte destaca-se a figura de Dona Helena Greco, que entrou para a vida de militância quando já era uma senhora, aos 61 anos. Foi presidente do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) de Belo Horizonte, e seu envolvimento com a política foi para além da luta contra a ditadura, Helena Greco foi uma das fundadoras do Partido dos Trabalhadores e a primeira vereadora mulher a ser eleita pelo partido. Ela criou também o primeiro órgão executivo no Brasil voltado exclusivamente para

os direitos humanos, a Coordenadoria de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura de Belo Horizonte, através da qual lutou contra a violência policial e institucional e pelo direito à verdade e à memória contra a resistência à ditadura militar.³⁸

No ano de 2010, tivemos a primeira mulher eleita presidenta do país, Dilma Rousseff, reeleita novamente em 2014, sendo o seu último mandato interrompido por razões de um processo de impeachment contra ela. Iniciou seus estudos em Belo Horizonte e, aos 16 anos, quando cursava o ensino médio, enfrentou as primeiras batalhas pela democracia, pela justiça social e pelo desenvolvimento econômico de seu País. Foi para as ruas protestar contra o golpe militar que depôs o presidente eleito João Goulart e participou da luta organizada contra a ditadura. Devido à sua militância, foi presa e torturada nos “porões” do regime militar. Condenada pela ditadura, passou quase três anos (1970-1972) no presídio Tiradentes em São Paulo³⁹.

38 Conversa informal com Júlia Greco, neta de Dona Helena Greco.

39 <http://www.brasil.gov.br/governo/2015/01/conheca-a-trajetoria-da-presidenta-dilma-rousseff>



Figura 2 - Dilma Rousseff sendo interrogada por militares em 1970, logo após sua prisão. ⁴⁰

Durante a escrita desta dissertação, Marielle Franco, 5ª vereadora mais votada eleita na cidade do Rio de Janeiro, do partido Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), foi executada no dia 14 de março de 2018, dentro do seu carro ao sair do evento Roda de Conversa Mulheres Negras Movendo Estruturas. Marielle tinha 38 anos, mulher negra, veio do complexo da Maré, era mãe, militante do movimento negro e do movimento feminista, defensora dos direitos humanos, e desde o dia 28 de fevereiro de 2018 foi escolhida como relatora da comissão que vai acompanhar e denunciar abusos da polícia durante a intervenção militar que está ocorrendo na cidade do Rio de Janeiro.⁴¹

⁴⁰ Processo da Justiça Militar – Reprodução.

⁴¹ brasil.elpais.com



Figura 3 - Fonte: Carta Capital

O feminismo, dentro de suas diferentes vertentes, é um movimento político, intelectual e de construção teórica de mulheres, e através das muitas reivindicações advindas dele, hoje mulheres ocupam espaço na história, na política. E, apesar das desigualdades ainda expostas, a luta dessas mulheres tornou possível que uma Casa de Referência da Mulher, surgida através de uma Ocupação, faça atualmente parte da rede de enfrentamento da violência contra a mulher do estado de Minas Gerais. No capítulo seguinte, irei descrever e analisar a minha experiência etnográfica dentro da Casa, com as mulheres do Coletivo e também com as abrigadas.

3. Casa de Referência da Mulher Tina Martins

No dia 8 de março de 2016 surgiu, em forma de ocupação, a Casa de Referência da Mulher Tina Martins na Rua Guaicurus, no. 342, na região do hipercentro⁴² da cidade de Belo Horizonte. De acordo com as organizadoras da ocupação⁴³, a escolha do local não foi por acaso. Além do fato de que naquela região havia um prédio abandonado, a área é conhecida por abrigar uma zona de prostituição da cidade e isso foi considerado emblemático pelas mulheres do movimento Olga Benário. A ocupação de um prédio federal ocioso organizada pelas Benárias⁴⁴ e do Movimento de Luta pelos Bairros, Vilas e Favelas teve a duração de quase três meses e, durante esse período, houve negociação com o estado.

Quando a gente ocupou, inicialmente, foram mulheres do Movimento de Mulheres Olga Benário com as mulheres do Movimento de Luta pelos Bairros, Vilas e Favelas, que são movimentos que trabalham juntos. Eram mais de 40 mulheres, não dava pra contar na hora, foi muito corrido. Inicialmente a proposta de ocupar o prédio da Guaicurus era pedir mais políticas públicas, pautar mais políticas públicas voltadas à segurança a proteção de mulheres vítimas de violência doméstica e domiciliar. Inicialmente a gente achava que precisava mais só de casa abrigos, mas a gente pautava também mais delegacias 24 horas especializadas nas mulheres, mais creches para autonomia e independência financeira dessas mulheres. Só que a gente não tinha muita informação de como eram os trâmites dessas políticas, porque não são muito divulgadas, então com o passar da ocupação, a gente foi aprendendo mais como que isso se dá, como são essas políticas, se elas estão crescendo, se elas estão estagnadas. A ocupação iria durar alguns dias, algumas semanas, com o objetivo de ser uma ferramenta política de pressionar o estado. Foi a primeira ocupação de mulheres da América Latina, nunca houve uma ocupação com aquele caráter antes, então teve uma repercussão muito grande, maior do que a gente imaginava, e por isso foi estendendo a ocupação. (Entrevista com Jessica Castro, coordenadora da Casa de Referência Tina Martins, feita em 15/07/2017)

42 O hipercentro é considerado a área delimitada pelas Avenidas Bias Fortes, Praça Raul Soares, Avenida Álvares Cabral, Rua dos Timbiras, Parque Municipal, Avenida Francisco Sales, Rua Itambé, Rua Sapucaí, Avenida do Contorno e Rodoviária.

43 Informação obtida através de entrevista com as Benárias Ana Carolina e Jéssica.

44 Forma como são chamadas as mulheres pertencentes ao coletivo Olga Benário.

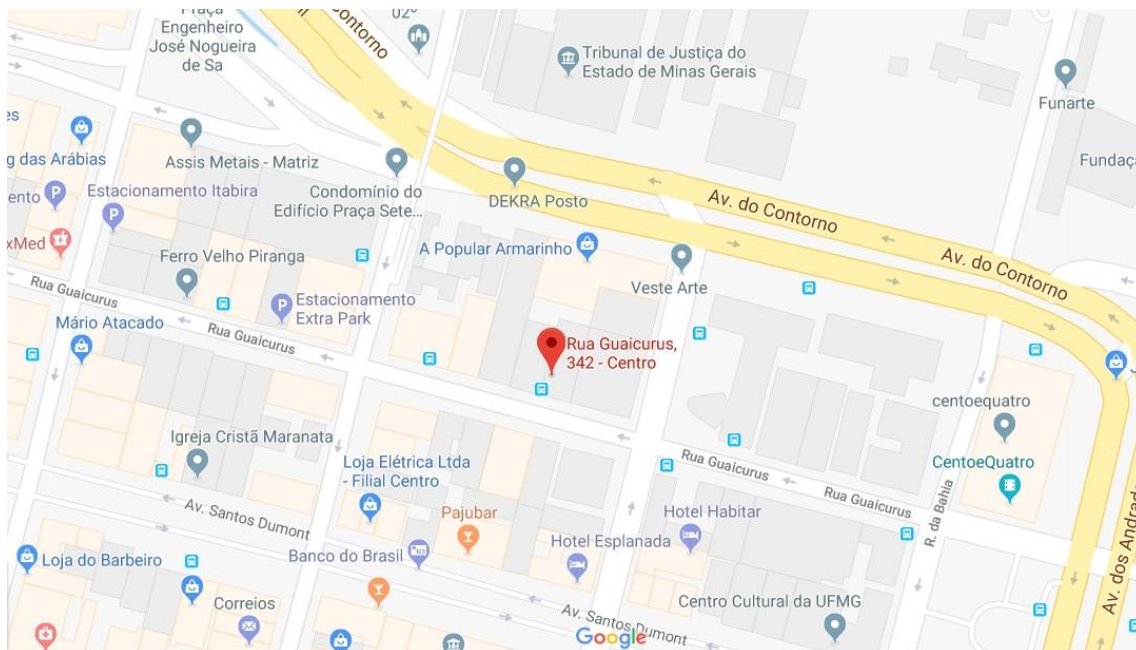


Figura 4 - Mapa da Localização da Ocupação – Google Maps

Segundo as Benárias, o momento político – período do julgamento do *impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff – foi um dos fatores que contribuíram para dificultar as negociações que foram encerradas. A primeira votação do *impeachment* ocorreu em 17 de abril de 2016, e as mulheres receberam o mandado de despejo no dia 21 de abril de 2016.

Então a gente foi levando sempre naquela situação política muito instável, teria ou não o *impeachment*, enquanto rolava a situação, com a Dilma ainda presidente a gente foi ficando, no momento do impeachment/golpe chegou a carta de despejo. A primeira votação foi no domingo, começou o processo, na segunda-feira chegou a carta de despejo, e na mesma semana o governo federal já se retirou das negociações. Um dos motivos deles falarem que iam sair das negociações era porque eles não tinham mais o que fazer, porque não era mais deles o espaço, que eles tinham cedido pro TRT, o Tribunal Regional do Trabalho, mas tem esse fator político por trás, a gente sabe muito disso (Entrevista com Jessica Castro, coordenadora da Casa de Referência Tina Martins, feita em 15/07/2017).

Durante a ocupação, diferentes pessoas circulavam pelo prédio a fim de conhecer e dar apoio à ocupação, o que, de acordo com as Benárias, deve-se ao fato de o prédio estar localizado na área central, mas também à divulgação, feita pela internet

através de uma página do Facebook, que se tornou página oficial da Casa⁴⁵. Jéssica afirma que a grande circulação de pessoas na ocupação colaborou para a sua manutenção, já que contribuiu para a compreensão da importância dessa luta e, daí, o apoio.

Conforme relatou Jéssica, o fato de o prédio ser um espaço do Governo Federal favoreceu a ocupação, visto que, na maioria das vezes, quando a Polícia Militar é convocada para despejar as pessoas dos locais ocupados, age de forma truculenta; no entanto, sendo um prédio Federal, somente a Polícia Federal poderia intervir e, normalmente não costuma ser acionada para esse tipo de ação. No dia 21 de abril, a carta de despejo foi entregue na ocupação e, a partir de então, teve início um processo de negociação com estado de Minas Gerais para conseguir outro local para a continuidade do trabalho. Assim, desde o dia 3 de junho de 2016, a Casa de Referência da Mulher Tina Martins, funciona em um imóvel do Estado, na rua Paraíba, no. 641, em um bairro da região central, mas não no hipercentro, de Belo Horizonte, que está cedida até junho de 2018.

Lá (na Rua Guaicurus) o prédio era muito grande e a gente imaginava que ia dar conta de fazer muita coisa de ser uma casa abrigo, ser um restaurante público, ser um monte de coisas, mas hoje a gente vê aqui funcionando com uma capacidade muito menor que a gente imaginava ou pretendia ser. A gente vê que a gente não dá conta, a gente não dá conta enquanto movimento não muito grande de suprir a demanda de Belo horizonte. Quando a gente ainda era ocupação, o Estado já enviava mulheres para a ocupação, mulheres que precisavam desse auxílio, então mesmo a gente aprendendo a lidar com as que chegavam a gente acolheu muitas mulheres naquela época. E geralmente os casos que eles encaminham pra cá são os casos que eles não querem lidar, são os casos mais complicados, são as questões que são muito complexas e eles não querem lidar e não têm estrutura para lidar, nós também não temos estrutura, mas temos vontade. (Entrevista com Jessica Castro, coordenadora da Casa de Referência Tina Martins, feita em 15/07/2017)

Ainda sobre o período da ocupação, conversei com Juliano Leite Vitral, cineasta que faz parte do MLB – Movimento de Luta nos Bairros Vilas e Favelas. Juliano foi avisado sobre a proposta da Ocupação alguns dias antes do prédio ser ocupado. Na ocupação, passou a colaborar na segurança da portaria no período noturno, além de

45 <https://www.facebook.com/casatinamartins/>

contribuir para a alimentação e manutenção de notícias (em forma de posts) nas redes sociais. Assim como Jéssica, Juliano afirma que a prefeitura passou a encaminhar mulheres para a Casa antes mesmo da legalização da ocupação, que ainda ficava na Rua Guaicurus e, segundo ele, isso ocorria em consequência da falta de políticas públicas voltadas para o combate à violência contra a mulher. Atualmente ele é um apoiador da Casa, ajuda na produção de conteúdos de vídeo para o coletivo e participa das rodas de debate que lá acontecem.

Hoje a Casa faz parte da rede de enfrentamento da violência contra a mulher do estado de Minas Gerais. O imóvel é composto por duas salas na recepção, local onde são recebidas as pessoas que querem conhecer o espaço, seja para procurar ajuda, para conhecer a casa ou para trabalhar como apoiadora. Há um quarto para as Benárias que dormem na casa, e outros dois quartos para as abrigadas, todos equipados com três camas beliche. Há ainda um banheiro, uma sala com sofá, um aparelho de TV, mesa para as refeições, uma cozinha e, ao fundo, um salão maior, onde ocorrem as conversas com a psicóloga. Do lado de fora há um galpão e mais três cômodos. Um funciona como brinquedoteca, no outro ficam as geladeiras e o terceiro está sendo preparado para se tornar um memorial sobre mulheres militantes das causas feministas, sindicais, e que lutaram contra a ditadura militar. Há também na área externa um banheiro e um tanque.



Figura 5 - Mapa da Localização da Casa de Referência da Mulher Tina Martins – Google Maps

Na sala de TV há cartazes informativos como, por exemplo, sobre a importância do autoexame preventivo para câncer de mama. Ao lado da sala, há uma mesa que as mulheres abrigadas utilizam para as refeições; há também, um quadro de tarefas diárias que são divididas entre as moradoras da casa. É possível mudar as tarefas do dia, mas para isso é necessário que elas conversem entre si para decidir tais alterações. Há sempre um porteiro à frente da casa, os portões ficam trancados e qualquer pessoa que entra, precisa assinar um caderno de registro, com nome, telefone, e-mail, objetivo da visita, além de esclarecer se pertence a algum grupo (ONG, coletivo etc.) ou instituição. Conforme esclarece Jéssica, esse procedimento visa manter a segurança das mulheres abrigadas.

A sala de televisão é o local de convivência da casa, é onde as abrigadas que não trabalham passam a maior parte do tempo. Em novembro de 2017, quando houve a obrigatoriedade de transição de antena analógica para digital, foi difícil conseguir a nova antena, e a casa ficou algumas semanas sem sinal de TV. Nessa época a casa parecia sempre vazia, porque as abrigadas passavam mais tempo no quarto.

Horários

08h às 09h - Café da manhã
 12h às 14h - Almoço
 16h às 17h - Café da tarde
 18h às 19h30 - Jantar

Tarefas Diárias

* Encher o filtro: TODAS
 * Todas lavam o próprio prato, copo, xícara, talher...

01. Café da manhã: Reri (ou 1ª pessoa que acordar)
 02. Almoço: Reri
 03. Café da tarde: Madu
 04. Jantar: Quem tiver fome (Fora p/ um, for p/ qual)
 05. Limpar/lavar cozinha (Almoço): Rubia
 06. Limpar cozinha (Jantar): Rubia (lava até às 21h)
 07. Passar pano e varrer salas e corredor: Ana
 08. Passar pano e varrer quarto 1: Ana
 09. Passar pano e varrer quarto 2: Juliana
 10. Lavar lençóis: Madu
 11. Garagem: Juliana
 12. Galpão: Madu/Juliana
 13. Recolher lixo (18h): Gislene
 14. Organizar a geladeira: Gislene
 15. Brinquedoteca: Reri
 16. Recepção: Reri

Atualizada: 20/07

DIA DO GRANDE FAXINÃO: 20/07

Vamos lavar nossas?

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB	SUN
MANA	ROS	GILNE	MADU	RUBIA	ANNA		

• Horário de dormir: 23h

NÃO LEVE O JEITO DO OUTRO PRO LADO PESSOAL!

Figura 6 - Quadro de tarefas das abrigadas (foto da autora)

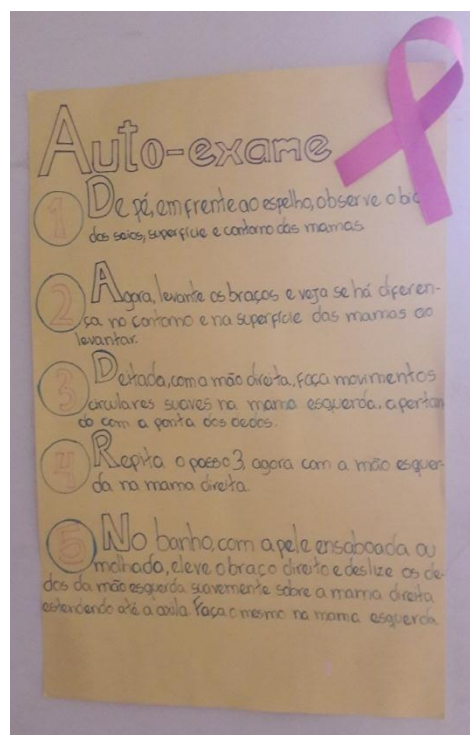
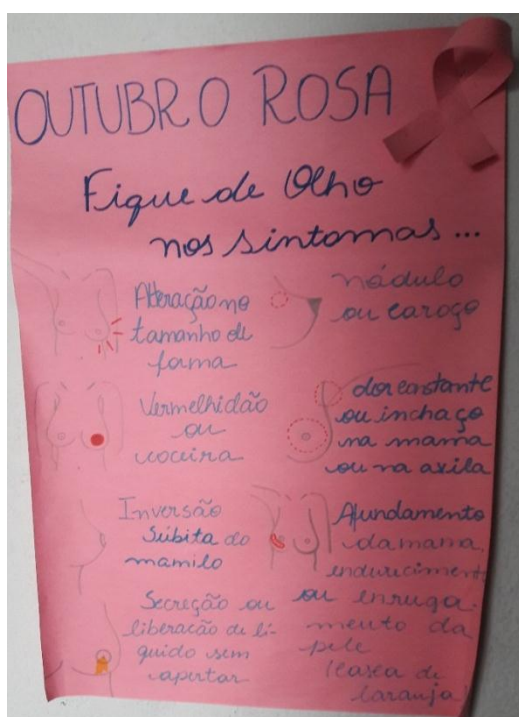


Figura 7 - Cartaz informativo sobre Outubro Rosa/ Figura 8 - Cartaz informativo de auto exame preventivo de câncer de mama (Fotos da autora)

Além de ceder o espaço, o estado também é responsável pelo pagamento das contas de água e de luz⁴⁶; as demais despesas – produtos de limpeza, de higiene íntima, roupas de cama e de banho, alimentos, roupas e calçados - ficam por conta movimento Olga Benário, que recebe doações para esse fim. Por ser autogestionada, todas as pessoas que trabalham na casa – equipes de advogadas, psicólogas, assistentes sociais, são voluntárias, como também o são as mulheres do coletivo, que residem na casa – lá dormem, organizam as doações, e recebem as mulheres que chegam.

Atualmente a casa é autogestionada pelo movimento de mulheres Olga Benário que foi o mesmo movimento social que puxou a ocupação. Não é uma intenção que a casa vire do estado, porque ainda há críticas à prática do Estado, porque não vemos como solução alguns meios que o estado utiliza. Apesar de não ser um órgão institucional, estatal, o estado já percebe que o que a gente faz aqui está conseguindo suprir algumas demandas. Então a gente participa hoje da rede de enfrentamento da violência contra a mulher⁴⁷. Então a mulher chega aqui e precisa desse primeiro acolhimento, ela nos explica a situação dela, e aí a gente vai pensar juntas na melhor solução. (Entrevista com Jessica Castro, coordenadora da Casa de Referência Tina Martins, feita em 15/07/2017)

A casa busca atuar em 4 eixos principais para o atendimento às mulheres, quais sejam:

1. Formação Política: Para as Benárias, apenas o acolhimento não é suficiente. É necessário conscientizar as mulheres sobre seus direitos, sobre o papel da mulher na sociedade atual e sobre as lutas que ainda são necessárias para se alcançar a igualdade. Elas acreditam, aliás, que essa conscientização deve acontecer na sociedade como um todo, por isso, as rodas de conversa que acontecem na Casa são abertas ao público.
2. Encaminhamento: Quando a mulher procura a Casa em busca de apoio, toda a sua situação é levada em conta, é preciso pensar se aquele é o melhor

46 O recurso destinado as Políticas Públicas para Mulheres é de responsabilidade da Secretaria Estadual de Direitos Humanos

47 Participam da Rede instituições do Governo Federal, Estadual e Municipal e entidades da sociedade civil do Movimento de Mulheres.

lugar para atender aquela mulher e quais as outras opções a serem apresentadas a cada caso específico.

3. Acolhimento: O acolhimento diz respeito às atividades que são oferecidas pela Casa e que são abertas para as mulheres em geral, não apenas para as abrigadas. Há, inclusive, mulheres que apenas passam o dia na Casa, onde podem tomar banho, buscar roupas, caso necessitem e alimentar-se, mas vão embora ao fim do dia. Como a Casa tem limitação de espaço, a prioridade é para as mulheres em situação de violência doméstica.
4. Abrigamento: Tina Martins é uma casa de referência e não uma casa abrigo, porém a demanda por acolhimento é maior do que os espaços existentes na cidade para fazê-lo e, por isso, a casa cumpre esse papel. A casa suporta de 8 a 10 mulheres acomodadas de forma confortável (cada uma em sua cama). Não é estipulado um tempo limite para permanência lá, pois é entendido que cada mulher possui um tempo específico, um amadurecimento e fortalecimento diferentes, o que também torna diferente a melhor forma de trabalhar com cada uma delas.

Ao chegar à Casa em busca de acolhimento, a mulher deve preencher uma ficha cadastral, com os seguintes dados: RG, CPF, data de nascimento, raça, classificação do tipo de violência da qual é vítima, questões socioeconômicas e conjugais e psíquicas. Muitas das que procuram a casa são mulheres pobres, em geral moradoras da periferia e muitas delas não sabem que podem ter auxílio psicológico e jurídico.

As mulheres trans⁴⁸ podem procurar abrigo, acolhimento, ou qualquer outro serviço prestado pela casa. Também são aceitas mulheres com filhos, pois segundo as coordenadoras, é necessário compreender que a maioria das mulheres que chegam até elas têm filhos, e esse fator não deve ser um motivo para que não sejam abrigadas. Diferentemente de outros abrigos, não há um limite estipulado para a

48 Mulher trans é a pessoa que se identifica como sendo do gênero feminino embora tenha sido designada como pertencente ao gênero masculino ao nascer.

faixa etária dos filhos, a maior idade com a qual já tiveram de lidar foi 14 anos. Conforme acreditam e afirmam as Benárias, cada caso deve ser analisado separadamente, levando em conta suas peculiaridades. O essencial na Casa é que não só a mulher que chega com o filho sintam-se acolhida, mas também que as outras mulheres que ali se encontram sintam-se confortáveis com a situação.

Uma mulher tinha transtorno mental, que não é foco da casa, porque não temos essa infraestrutura, mas abrigamos por motivos x, ela precisava. Ela teve um problema com um dos filhos das mulheres, porque ele tinha 14 anos, e como quase todas as mulheres que estão na casa hoje, 99% estão aqui porque passaram por uma violência causada por um homem. Muitas delas têm esse desconforto com os homens, então tivemos essa situação, a gente lidou e conversou, a gente sempre tenta estar nesse limite no direito dessa mulher que chega aqui, porque ela precisa desse abrigo, desse acolhimento, mas também no viés de tentar fazer com que todas as mulheres que estão na casa estejam confortáveis. (Entrevista com Jessica Castro, coordenadora da Casa de Referência Tina Martins, feita em 15/072017)

Hoje a Casa conta com aproximadamente dez coordenadoras e um número de apoiadores/as que não pode ser contabilizado, pois para as mulheres do coletivo, apoiadores/as são todos/as aqueles/as que fazem doações, levam oficinas para a Casa, ou ajudam com qualquer outro tipo de colaboração/apoio. A maior parte das mulheres abrigadas ou acolhidas é vítima de violência (não apenas a física, mas também as outras formas nas quais a violência de gênero se enquadra) e, semanalmente, acontecem conversas individuais entre elas e representantes das Benárias.

Além dessas conversas individuais, durante a pesquisa, eu não via muita interação entre as abrigadas e as Benárias, a não ser para tratar de assuntos cotidianos, como falar sobre consultas médicas, horários marcados com psicólogas, advogadas ou assistentes sociais. Também era necessária a comunicação na hora das refeições, há uma despensa com as comidas e materiais de limpeza – todos advindos de doação – cuja chave fica sempre com uma das mulheres do Coletivo, que acompanha as abrigadas para que elas peguem o necessário para a refeição. Às vezes alguns pães chegavam a mofar e era necessário que fossem jogados fora, pois as doações não são feitas de maneira uniforme, então algumas vezes há mais produtos que necessidade de consumo até a validade; o oposto também ocorre, alguns mantimentos acabam e as Benárias compram para repor.

O fato de não haver mais interação entre as Benárias e as abrigadas pode estar relacionado a vários fatores e acredito estar entre eles a diferença educacional e social entre o grupo das que acolhem e o das acolhidas e também o tempo gasto pelas Benárias na organização da Casa. Ainda há muito para se fazer em relação à estrutura da Casa, além da organização das feiras mensais; a atenção que têm às necessidades pessoais de cada uma das abrigadas; a organização das rodas de conversa e outras atividades cotidianas as quais demandam tempo. Quanto à diferença educacional, a maioria das Benárias e das apoiadoras são universitárias, em oposição, apenas uma das abrigadas era universitária; as demais, em sua maioria, possuem ensino médio incompleto. E essa diferença manifestava-se claramente em relação às conversas, aos gostos e às perspectivas de futuro entre elas, o que, de acordo com a discussão apresentada em capítulos anteriores sobre interseccionalidade, tem a ver com os diferentes recortes que fazem com que o entendimento sobre “ser mulher” venha de outros pontos de vista. Por outro lado, me parece que essa diferença não impede a empatia entre elas, visto que para lutar por todas as mulheres é necessário que o feminismo lute contra todas as formas de opressão.

Para ajudar nas despesas da Casa, são realizados bazares com roupas doadas que não são utilizadas pelas abrigadas, e são vendidas camisetas alusivas ao coletivo. O espaço também é cedido, mediante o pagamento de uma taxa de inscrição, para mulheres de Belo Horizonte e de várias outras cidades que queiram vender seus produtos, sejam eles artesanais, alimentícios, entre outros.

Acontecem, em todas as quartas-feiras à noite, aulas gratuitas de yoga abertas à comunidade e às abrigadas e caso as participantes da comunidade queiram, deixam contribuições para a Casa. Além da Yoga, são oferecidas na Casa aulas que ensinam a fazer flores de crochê que também atendem o público e as abrigadas.

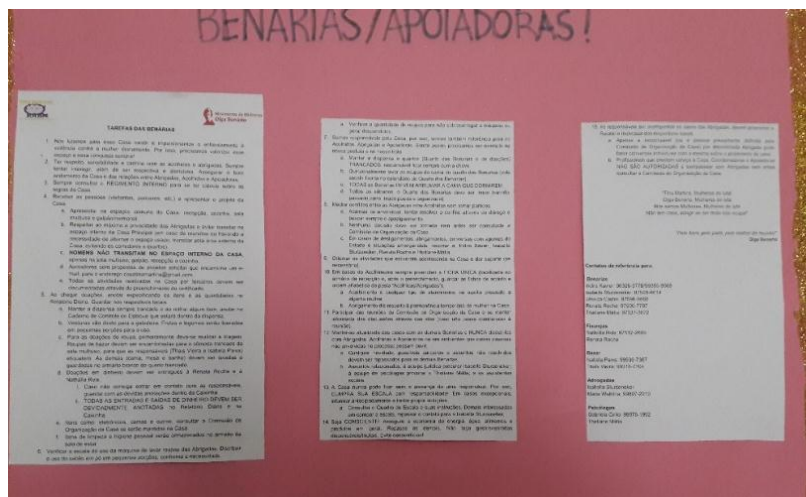


Figura 9 - Quadro de regras e tarefas das Benárias (foto da autora)



Figura 10- Cronograma de dias de presença das Benárias (foto da autora)

Pelo fato de a Casa Tina Martins ser administrada por um movimento social, a questão política é enfatizada em diálogos que repercutem reflexões nas acolhidas e abrigadas que são sempre convidadas a participar de atos de rua, e muitas delas participaram das manifestações de apoio à Ocupação Carolina Maria de Jesus⁴⁹. As

49 A Ocupação Carolina Maria de Jesus é uma ocupação de moradia, sediada na rua Rio Grande do Norte com a Avenida Afonso Pena. A ocupação foi feita pelo MLB (Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas), e teve o

mulheres ligadas ao coletivo consideram ações como essas importantes para a autoestima, e percebe-se nesse contexto que a questão política não está atrelada apenas ao sentido estrito da palavra, mas sim à intenção de visualizar as pessoas enquanto seres políticos que, de posse da informação e do conhecimento, conseguem superar questões pessoais que lhes forem impostas pela violência. Esse fator corrobora com a ideia apresentada por Saffioti (1994), de que algumas mulheres conseguem romper com a relação de dominação e muitas delas ingressam na luta pelos direitos femininos, passando a enxergar os direitos humanos a partir de uma perspectiva de gênero.

Seguindo a ideia de Saffioti apresentada no parágrafo anterior, percebe-se que partem das abrigadas atitudes que questionam e buscam romper com o sistema, que segundo Stolcke (1991), é perpassado por gerações que mantêm privilégios do homem em relação à mulher. Um exemplo disso é o caso de uma abrigada, Nicole⁵⁰, mãe de um menino de 6 anos, que chamava atenção do filho por diversas vezes pelas suas atitudes carinhosas que o tornavam, por alguns momentos, bastante invasivo. A mãe explicava-lhe que não havia problema algum em o filho abraçá-la, beijá-la e fazer-lhe carinhos, mas era necessário pedir às demais mulheres autorização para esse tipo de atitude em relação a elas: “se você quiser beijar alguém, tem que pedir permissão, se você quiser abraçar alguém, tem de pedir permissão”. Dessa forma, ela ensinava ao filho sobre consentimento, e é exatamente esse tipo de entendimento político que se busca discutir com as mulheres que passam pela Casa.

apoio das militantes da Casa de Referência da Mulher Tina Martins. Durante os meses de Janeiro e Fevereiro a ocupação estava em constante ameaça de despejo.

50 Nome fictício. Utilizei nomes fictícios para todas as abrigadas.



Figura 11 - Quadro sobre a Casa (Foto da autora)



Figura 12 - Quadros explicativos sobre Olga Benário, o coletivo que leva esse mesmo nome (Foto da autora)

Durante o período de julho de 2017 a janeiro de 2018, em que realizei a pesquisa na casa, muitas mulheres por lá entraram e saíram. Algumas mudaram-se para apartamentos que conseguiram alugar, outras para ocupações de moradias. Essa rotatividade pode ser vista como positiva no sentido de que, provavelmente, essas mulheres se mudaram porque, de algum modo, conseguiram sair do ciclo de violência em que se encontravam antes de irem para a Casa. Não há formas de garantir que essas mulheres nunca mais entrarão em relações que a exponham a violência, ainda assim, podemos dizer que o movimento está no caminho certo no sentido de contribuir para o fortalecimento dessas mulheres em diferentes aspectos, como a autoestima e busca por independência.

A princípio, ao contrário do que previa, obtive mais facilidade de me entrosar com as abrigadas do que com as Benárias, visto que aquelas passavam mais tempo nas partes comuns da casa, enquanto as Benárias passavam longo tempo em seus quartos, conversando entre elas, ou na recepção resolvendo questões da Casa. Logo, houve entre mim e as abrigadas uma imediata relação de convivência, e apenas depois de mais tempo na Casa consegui criar vínculos com as Benárias.

Durante o processo de pesquisa na Casa de Referência da Mulher Tina Martins, foi possível perceber que para muitas daquelas mulheres, aquele foi o primeiro espaço no qual elas se sentiram acolhidas e, portanto, seguras para relatar suas histórias e afirmar que acreditavam haver uma saída para a situação de violência nas quais se encontravam. Também foi possível notar a mudança nos assuntos tratados por elas ao longo do tempo em que passavam na casa, cada vez mais falavam sobre as relações desiguais de gênero, mesmo que em conversas casuais; programas de 'fofoca' ou novelas, elas demonstravam certo interesse e entendimento sobre o assunto.

Ao longo desse contato e durante nossas conversas, as abrigadas intercalavam entre os vários assuntos corriqueiros, tais como novelas e seus ídolos famosos, algumas observações em relação às desigualdades de gênero, tratamentos de violência e desrespeito em relação às mulheres. Supostamente, devido à influência do contato com as Benárias e com psicólogas e demais voluntárias que têm o objetivo de colaborar no equilíbrio emocional das abrigadas.

Para ilustrar tais conversas, optei por registrar a experiência com quatro mulheres e uma criança, todas abrigadas pela Casa e as quais serão chamadas de Roberta, Janaína, Marina e a criança, de Eduarda.

O dia a dia na casa segue uma rotina, pois além do fato de se ter horários para refeições e tarefas domésticas, as abrigadas também têm seus compromissos como trabalho, consultas ao médico, levar e buscar as crianças na escola.

No primeiro dia, conheci Roberta, que saíra de uma situação de violência doméstica, motivo que a fez procurar a Casa de Referência. Fizemos a limpeza do galpão, pois aconteceria uma roda de conversa naquele dia à tarde. Em conversa informal, relatou-me que algumas internas não gostavam de ver as outras realizando as tarefas que lhes eram atribuídas, no entanto não realizavam as obrigações que lhes eram destinadas, e isso era um problema. Ela cuida de três menores de idade que a tratam por “mãe”, embora nenhum deles seja seu filho biológico e nem tampouco ela possua sobre eles adoção legal. Eric (14 anos) é seu irmão, trabalha como menor aprendiz e é o único homem na Casa; Vinícius (2 anos), é neto de seu ex-marido e lhe foi entregue pela enteada, que não tinha condições de cuidar da criança e Janaína (17 anos) que está grávida.

Roberta cursa graduação em Serviço Social. Na época da pesquisa de campo ela dizia que não sabia quando poderia sair da casa, pois precisava de alguma estabilidade para levar Vinícius com ela para um lugar apropriado e, para isso, dizia que precisava terminar sua faculdade. Ela relatou que ficou decepcionada quando chegou ao abrigo, pois lhes disseram que Tina Martins era uma casa para mulheres vítimas de violência doméstica, mas que, ao contrário do afirmado pelas coordenadoras da Casa, esse tipo de caso era minoria na casa, talvez, para ela, o fato de conviver com mulheres que passaram pelo mesmo problema que ela a faria se sentir mais compreendida. Segundo Roberta, a mãe biológica de Vinícius pretende passar-lhe sua guarda, porém sempre adia a visita para resolver as questões jurídicas, o que a impede de colocar o menino na creche.

Roberta relata problemas com as outras abrigadas em relação ao Vinícius. Houve um dia em que eu estava lá e ela contou-me que havia dormido na brinquedoteca,

pois a criança tem problemas respiratórios e estava chorando bastante, impedindo as mulheres de dormir. Ela diz que muitas ficam incomodadas, porque ele “faz bagunça”, e que se não conseguir colocá-lo na creche, terá de entregá-lo para adoção. Janaína foi visitar a Ocupação Carolina de Jesus e voltou contando que se escondeu quando viu passando uma das ex-abrigadas, que agora mora na ocupação. Não queria cumprimentá-la, pois segundo Janaína, a referida abrigada julgava-a “uma folgada”, e se sentia incomodada por ser cobrada por alguém que se encontrava no mesmo lugar que ela.

Alguns atritos como os citados acima foram observados, embora exista por parte das coordenadoras da casa um estímulo ao entendimento sobre a coletividade, à solidariedade e à empatia. Esse estímulo busca criar entre as abrigadas o sentimento de companheirismo e coletividade. Para Tiburi (2018), o feminismo colabora para que as mulheres se reconheçam como irmãs e se vejam em um relacionamento horizontal, ao contrário do que ocorre entre homens mulheres, quando a relação é vertical, marcada por simbolismos de opressão e violência.

Janaína está grávida de seu namorado. Cursava o nono ano do ensino fundamental, porém não está frequentando as aulas, pois alega enjoos, cansaço e tontura devido à gravidez. A garota diz que quer ser bombeira ou astronauta e garante que não vai parar de estudar após o nascimento do filho, pois apesar de não gostar muito de ir à escola, sabe que é muito importante.

Quando o seu filho nascer ela irá se mudar para a casa de seu namorado e diz estar bastante assustada pelo fato de ainda ser uma adolescente e “ter que agir como uma adulta”, pois de uma vez só vai virar mãe, esposa e dona de casa.

Janaína diz que é fã de novelas e acompanha, assiduamente, a uma no canal SBT no período da tarde. Segundo a adolescente, a protagonista da citada novela é uma mulher que não aceita ser mandada por homens, e por isso ela a admira.

Além das novelas, ela também é muito fã de filmes, e o fato da minha graduação ser em cinema e audiovisual, fez com que esse assunto fosse uma pauta principal em

nossas conversas. Janaína acreditava que algumas cenas de filmes de terror eram reais, porque não conseguia entender como poderia parecer que aquelas coisas estavam acontecendo de verdade se não fosse de fato verdade. Por esse motivo, conversávamos muito sobre como as produções cinematográficas eram feitas, os efeitos especiais, a edição, e era um assunto pelo qual ela se sentia muito interessada.

Rebeca é muito introspectiva, ela tem muitos problemas de infecção urinária, e por isso sempre está indo em consultas médicas, e suas questões de saúde são acompanhadas pelas Benárias, que ajudam a lembrar de horários e datas das consultas, na compra de remédios quando necessário. Ela vem de uma pequena cidade da região Nordeste, na qual ela diz só haver uma distração: assistir mudanças, segundo ela, sempre que um vizinho vai embora, ou quando um novo chega, todos vão para a porta de suas casas para poder ver e comentar sobre os móveis e eletrodomésticos que o vizinho tem. Ela também gosta de filmes, porém somente os de ação, e também gosta muito de assistir jogos de futebol. Ela não tem um bom relacionamento com a Janaína.

Marina morava em uma ocupação e, em fevereiro de 2017, foi detida quando se encontrava dentro de um ônibus que foi incendiado, sem que qualquer relação sua com o ocorrido tivesse sido comprovada. Embora fosse ré primária, com atividades de estudante e artista – cantora – comprovadas e endereço fixo, foi-lhe determinado o pagamento de fiança, uso de tornozeleira eletrônica e recolhimento domiciliar. Relatou-me que quando chegou à cadeia, estava com muito medo. Ao adentrar a cela, as prisioneiras lhe perguntaram o motivo de sua prisão e ela lhes respondeu que não havia feito nada e que era cantora. Solicitaram-lhe que cantasse para elas e, segundo Marina, ao cantar uma música gospel, várias detentas começaram a chorar.

Marina foi desligada da casa por haver descumprido algumas regras. Passou a noite fora e não avisou às Benárias onde estava. Desconfiaram que ela estivesse grávida e, embora negasse seu estado, após o exame a gravidez foi confirmada. Pouco

depois, Marina sofreu um aborto espontâneo e voltou à Casa Tina Martins. No entanto, ela não é mais abrigada, e sim acolhida, ou seja, tem horário para entrar e sair da Casa, pois já não dorme lá; apenas as abrigadas têm permissão para isso.

Durante seu período como abrigada, ela dizia que esperava poder fazer a festa de aniversário dela lá, que ela sempre sonhou em ter uma festa surpresa e que por isso tinha pedido as Benárias para que fizessem uma para ela, porém ela foi desligada antes de chegar seu aniversário.

A pequena Eduarda, de 6 anos, foi para Tina Martins com sua mãe que é cabelereira, com quem não tive contato devido ao seu período de trabalho coincidir com o tempo em que eu ficava na Casa. Quando Eduarda e eu nos conhecemos, ela já se mostrou bastante extrovertida, chamou-me de tia, sentou ao meu lado e me perguntou se eu gostaria de saber a história dela, respondi positivamente e ela deu o seguinte relato: a sua mãe tinha dois empregos na cidade em que moravam anteriormente, porém se viu obrigada a largá-los, porque era perseguida pelo pai de Eduarda. Disse também que não podia ir à escola, pois houve um episódio em que o seu pai tentou pegá-la na escola sem a autorização da mãe, estacionou o carro em frente à escola e começou a chamá-la, mas ela não o atendeu e contou o ocorrido à mãe.

Eduarda é muito carinhosa, mas também muito ciumenta, sempre que eu brincava com o Vínicius, ou com alguma outra criança que estivesse na casa, ela de alguma forma tentava chamar a atenção para ela, às vezes até mesmo batendo nas outras crianças. Sempre que chegava a casa, ela parava o que estava fazendo e corria até mim me chamando de tia e me abraçava.

Roberta mudou o tema de seu TCC, o qual agora trata de violência doméstica, por influência da sua vivência com as mulheres da Casa e também pela sua própria experiência. Conseguiu uma vaga para o Vínicius na creche da Ocupação Carolina Maria de Jesus, e logo depois saiu da Casa e se mudou para lá. O parto da Juliana estava previsto para 9 de março e, a partir dessa data, conforme relatou, também não estará mais na Casa.

Ao término da pesquisa de campo, nenhuma das mulheres que se encontravam na Casa no momento em que iniciei continuava lá. Outras mulheres lá chegaram, com novas histórias, novas vivências e com esperança de se recuperarem dos traumas e violências que a nossa sociedade lhes causa simplesmente em função do gênero.

Embora ainda existam muitas limitações e vários entraves a ser superados, a Casa de Referência da Mulher Tina Martins já atendeu 288 mulheres e é uma ferramenta de denúncia, apoio e recuperação para mulheres vítimas de violência de gênero. Seja através do abrigo, acolhimento, serviço de advogadas e assistentes sociais, conversas individualizadas e rodas de conversas, a Casa Tina Martins é um norte e segurança para muitas mulheres que perderam, por conta da violência, a crença em si.

Durante a finalização da escrita dessa pesquisa, a data de empréstimo do imóvel expirou, e a Casa estava em risco de sofrer despejo. Após um período de negociações com o governo de Minas Gerais, foi assegurada a permanência do projeto no atual imóvel, e a garantia de apoio nos ajustes necessários para que isso ocorra.



Figura 13 - Mural Tina Martins



Figura 14 - Mural Mulheres de Luta



Figura 15 - Mural Olga Benário



Figura 16 - Mural Coletivo de Mulheres Olga Benário

Conclusão

O gênero é um dos marcadores pelos quais moldamos a forma com que percebemos e organizamos nossa vida social, é um meio de compreensão das relações e interações humanas. A ideia de que os comportamentos são definidos biologicamente de acordo com o sexo do indivíduo ainda está presente no imaginário comum, e as diferenças creditadas a cada sexo fazem com que as relações entre eles sejam de hierarquia (além do gênero, há outros marcadores de hierarquia, como raça e classe social). Uma das consequências da falta de equidade nas relações de gênero é a violência contra a mulher.

Muitas das mulheres que se encontram como vítimas dessa violência acabam inseridas em um ciclo, o que dificulta o processo de proteção e reparo e que acaba por colocá-las novamente na situação de vítima. O movimento feminista é um grande aliado nos estudos e nas lutas que buscam compreender e quebrar esse ciclo de violência.

O movimento feminista, dentro de toda sua pluralidade, tem como importante pauta o combate à violência contra a mulher, suas reivindicações trouxeram ganhos em relação à política pública e às leis que visam à proteção da mulher. No entanto, conforme dados registrados nos capítulos 2 e 3, respectivamente, leis e políticas públicas de proteção à mulher vêm se mostrando ineficazes, pois além da falta de crença da população na resolução dos problemas através da justiça (Quadro 5), para Fernandes (2015) muitas mulheres se sentem intimidadas ao procurar ajuda devido ao tratamento recebido pelos membros de diferentes escalões da justiça, seja um policial durante a denúncia, seja um juiz no momento da audiência. A indiferença ou até mesmo o tom jocoso utilizado por eles para tratar com a vítima mostra um despreparo do setor para lidar devidamente com a situação.

Com a ideia do enfrentamento dessa violência, surgiu a Ocupação Tina Martins, de cunho feminista, que passou a ser Casa de Referência da Mulher Tina Martins, criada para ser uma alternativa às mulheres que buscam ajuda para fugir do ciclo de violência no qual se encontram. Embora a Casa receba um apoio financeiro do

estado de Minas Gerais (o estado é responsável pelas contas de água, luz e telefone, e é dono do imóvel), sua gestão é feita por mulheres voluntárias que fazem parte de um Coletivo feminista e que mantêm as atividades do local funcionando através de doações e de serviços prestados voluntariamente.

Existem diferentes recortes para se analisar as mulheres abrigadas e as Benárias, não só pela questão de lugar que ocupam na Casa – acolhida e acolhedora – mas também por uma questão racial, visto que a maior parte das abrigadas são mulheres negras, pertencem a classes baixas e provêm de áreas periféricas; enquanto as acolhedoras são em maioria universitárias e oriundas de classe média. Ainda assim, a Casa é um espaço que se propõe a pensar uma nova forma de lidar com a situação da mulher em risco, lidando com as questões de interseccionalidade.

Um local como esse auxilia no empoderamento de mulheres não só no âmbito individual mas também coletivo. As ações lá executadas, como as oficinas, rodas de conversa e o dia a dia com as outras mulheres da Casa podem contribuir para a socialização de experiências e para que se crie a consciência de que a violência não é um problema pessoal, que diz respeito somente a ela, e sim um fenômeno social que está presente no cotidiano de muitas mulheres. A partir da troca de vivências e saberes, potencializa-se o acesso às informações, recursos e estratégias para enfrentamento das violências. A Casa ainda é uma experiência e muito ainda há de ser trabalhado lá, bem como em outros locais de abrigo e acolhimento que têm orientação feminista. Ademais, não é possível garantir que as mulheres que de lá saíram nunca mais se encontrarão em novos ciclos de violência, o que não exclui a importância de iniciativas assim.

O movimento feminista não vai sozinho acabar com o ciclo de violência vivenciado por várias mulheres, mas foram mulheres do movimento feminista as primeiras a se propor a acolher e apoiar as mulheres que se encontravam nessa situação. E seguindo os passos das grandes mulheres que vieram antes na história – mesmo que ainda não se tivesse criado ou levassem consigo a alcunha feminista – o

movimento segue apoiando mulheres a se tomarem para si próprias, renegando as imposições que historicamente foram normalizadas quando o assunto é gênero.

Referências

ALVES, Ana Carla Farias; ALVES, Ana Karina da Silva. As trajetórias e lutas do movimento feminista no Brasil e o protagonismo social das mulheres. IV Seminário CETROS Neodesenvolvimentismo, Trabalho e Questão Social. Fortaleza. 2013.

ÂNGULO-TUESTA, Antonia de Jesus. Gênero e violência no âmbito doméstico: a perspectiva do profissional da saúde. Rio de Janeiro. Set/1997

AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli. Gênero, sexualidade e sistemas de justiça e de segurança pública. Porto Alegre. EdUPUCRS..2017

BARBIERI, Teresita. Sobre a categoria de gênero. Ed. S.O.S Corpo. Recife. 1993

BERRES, Flávia Kreutz et al. Intervenção intersetorial junto as mulheres em situação de violência doméstica no município de Palmeira das Missões/ RS: A experiência dos grupos “Acolher” e “Seguir Juntas”. EdUPUCRS. Porto Alegre. 2017

BERTHO, H. Mineiras ocupam imóvel abandonado e o transformam em casa para vítimas de violência doméstica. Disponível em: <
<http://azmina.com.br/2016/07/mineiras-ocupam-imovel-abandonado-e-o-transformam-em-casa-para-vitimas-de-violencia-domestica/>> Acessado em: 25 maio 2016.

BIROLI, Flávia. Feminismo e Política: Uma introdução. Ed Boitempo. São Paulo. 2014

BORN, C. Gênero, trajetória de vida e biografia: desafios metodológicos e resultados empíricos. Sociologias, Porto Alegre, v.3, n.5, p.240-265. jan/jun 2001.

BUENO, Mariana Guimarães da Rocha Cunha. Feminismo e direito penal. 2011

BUTLER, Judith. Problemas de Gênero. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 2003

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em Movimento. Estudos Avançados.p 120. N 49. 2003

Casas abrigo no estado de Minas Gerais em <https://www.brasildefato.com.br>
<Acessado em abril de 2016>

Casa abrigo Sempre Viva em <http://www.belohorizontemais.com.br/bairro-floresta/orgaos-governamentais/Orgaos-municipais/1238/casa-abrigo-sempre-viva/> <Acessado em abril de 2016>

CHACHAM, Alessandra Sampaio; JAYME, Juliana Gonzaga. Violência de gênero, desigualdade social e sexualidade: as experiências de mulheres jovens em Belo Horizonte. Civitas, Revista de ciências sociais. vol. 16;n.1. 2016

CORRÊA. M. Dossiê: Feminismo em Questão, Questões do Feminismo. Do Feminismo ao estudo de gênero no Brasil: Um exemplo pessoal. 2001.

Dado ligue 180 em www.compromissoeatitude.org.br/ligue-180-agora-e-disque-balanco-anual-mostra-que-subuiu-para-70-percentual-de-municipios-atendidos-spm.-pr-24042014 <Acessado em agosto de 2017>

Dados sobre pesquisa do termo *feminismo* em Revista ISTOÉ. Revolução Feminista. 21/02/2018

Dados sobre o feminicídio no Brasil em <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/cresce-n-de-mulheres-vitimas-de-homicidio-no-brasil-dados-de-feminicidio-sao-subnotificados.ghtml> <Acessado em novembro de 2017>

Dados sobre violência relacionadas ao gênero em www.un.org/es/women/endviolence/pdf/factsheets/unite_the_situation_sp.pdf
<Acessado em novembro de 2017>

Dados da violência sexual e física contra meninas e adolescentes em bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/sistema_vigilancia_violencia_acidentes.pdf
<Acessado em Junho de 2017>

Dicionário Merriam-Webster em www.merriam-webster.com/words-at-play/word-of-the-year-2017-feminism < Acessado em fevereiro de 2018>

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e Políticas públicas. Revista Estudos Feministas. Vol. 12, n.1. Jan/Abril 2004. Florianópolis.

FARIA,N; NOBRE, M. (Org). Gênero e desigualdade. Cadernos Sempreviva: Texto para ação feminista. p.11-14. São Paulo. 1997

FARIAS, A.C.; ALVES, A.K.S. IV Seminário CETROS Neodesenvolvimento, Trabalho e Questão Social. 29ª– Fortaleza – CE – UECE – Itaperi. 31 de maio de 2013.

FERNANDES, Valéria Diez Scarance. Lei Maria da Penha – O Processo Penal no Caminho da Efetividade. São Paulo. Editora Atlas S.A.. 2015.

Foto de Marielle Franco
https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/15/politica/1521080376_531337.html
<Acessado em agosto de 2017>

Gender-Based Violence, Health and the role of the Health Sector: At a Glance. Junho/2009.

GRIFFIN, Bem. The Politics Gender in Victorian Britain: Masculinity, Political Culture and the Struggle for Women's Rights. Cambridge University Press.2012.

Informações sobre Lei Maria da Penha do CNJ contidas na reportagem “Justiça é lenta para julgar violência contra a mulher”,
<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/justica-e-lenta-para-julgar-violencia-contra-a-mulher> < Acessado em agosto de 2018>

IPEA em
http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=19873&catid=10&Itemid=9 < Acessado em junho de 2017>

JORDÃO, Fátima Pacheco. Erro no Acerto. O Estado de São Paulo, 5. Abril, 2014.

KARAM, Maria Lúcia. Os paradoxais desejos punitivos de ativistas e movimentos feministas. 2015.

MACHADO, Lia Zanotta. Estudos de gênero: para além do jogo entre intelectuais e feministas. p. 93 - 140. Em Gênero sem Fronteiras: oito olhares sobre mulheres e relações de gênero (org). Ed. Mulheres. Florianópolis. 1997

MACHADO, Lia Zanotta. Feminismo em movimento. São Paulo.. Editora Francis. 2a ed.. 2010.

MACHADO, Lia Zanotta. Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo?. Série Antropologia nº 284. Departamento de Antropologia Instituto de Ciências Sociais Universidade de Brasília. Brasília, DF.2000.

MACHADO, Lia Zanotta. Violência conjugal: Os espelhos e as marcas. Série Antropologia nº 240. Departamento de Antropologia Instituto de Ciências Sociais Universidade de Brasília. Brasília, DF.1998.

Mapa da violência em
www.mapadaviolencia.or.br/pdf2012/MapaViolencia2012_atual_mulheres.pdf
<Acessado em maio de 2017>

MINAYO, M. C. S. (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAYO, M.C.S. Laços perigosos entre machismo e violência. Ciência e Saúde Coletivas. v.10, n.1, p.18-34, 2005.

MONTENEGRO, Marília. Lei Maria da Penha: uma análise criminológico-crítica.. Rio de Janeiro: Revan. 2015.

MOORE, Henrietta. Compreendendo Sexo e Gênero. Companion Encyclopedia of Anthropology. Londres, Routledge. 1977.

Movimento feminista pela anistia em www.geledes.org.br <Acessado em novembro de 2017>

Pesquisa Instituto Avon/IPSOS: Percepções sobre a violência doméstica contra mulher no Brasil (2011) em www.spm.gov.br/subsecretaria-de-enfretamento-a-violencia-contras-mulheres/lei-maria-da-penha/pesquisa-avon-2011.pdf <Acessado em maio de 2017>

PACHECO, Cristina; VERONESE, Josiane Rose Petry. Sistema da justiça criminal: a lógica de atuação nos crimes sexuais e de lesão corporal em que a mulher é vítima. Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos, Bauru, n.19,p.153-182, ago/nov.1997

Página do Coletivo Olga Benário de Mulheres
https://www.facebook.com/pg/olga.benario.14/about/?ref=page_internal
<Acessada em abril de 2016>

PARENTE, E.O., NASCIMENTO, R.O.; VIEIRA, L.J.E.S. Enfretamento da violência doméstica por um grupo de mulheres após a denúncia. Revista Estudos Feministas, 2009.

PEIRANO, Mariza. Etnografia, ou a teoria vivida. UNB. 2008

PEREIRA, Eduardo Godinho; FERREIRA, Glícia Araújo. A violência doméstica contra a mulher sob a ótica da vitimização repetida : uma análise da atuação do Serviço de Prevenção à Violência Doméstica. O Alferes. 71 (27); p. 133-169. Belo Horizonte. Jul/dez. 2017

PINTO, C.R.J. Revista de Sociologia e Política. v.18, n.36, p.15-23 jun./2010.

PINTO, C. R. J. O feminismo no Brasil: suas múltiplas faces. Uma história do feminismo no Brasil. Estudos Feministas, Florianópolis. v.12, n.2, p.237-253. maio-agosto/2004.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. Sociedade e Cultura, p.263 a 274. v.11,n.2. São Paulo. Jul/Dez 2008

Políticas para as mulheres – Ministério da Justiça e Cidadania. CENTRAL DE ATENDIMENTO À MULHER. Disponível em: < <http://www.spm.gov.br/assuntos/violencia/ligue-180-central-de-atendimento-a-mulher>>. Acesso em: 28 julh

Políticas para as mulheres – Ministério da Justiça e Cidadania. LEI MARIA DA PENHA 10 ANOS. Disponível em: < <http://www.spm.gov.br/assuntos/violencia/lei-maria-da-penha/lei-maria-da-penha-indice>>. Acesso em: 28 julho 2016.

Políticas para as mulheres – Ministério da Justiça e Cidadania. PROGRAMA “MULHER, VIVER SEM VIOLÊNCIA”. Disponível em: < <http://www.spm.gov.br/assuntos/violencia/programa-mulher-viver-sem-violencia/programa-2018mulher-viver-sem-violencia2019>>. Acesso em: 02 agosto 2016.

Preconceito com gays que performam feminilidade em <http://igay.ig.com.br/2014-04-29/gays-criticam-preconceito-dos-proprios-lgbts-sou-afeminado-sim.html> <Acessado em fevereiro de 2018>

Presidência da República e Secretaria de Políticas para as Mulheres," Raseam - Relatório Anual Socioeconomico da Mulher". Brasília. Novembro/2013 em www.spm.gov.br/publicações-teste/publicacoes/2013/raseam-interativo <Acessado em abril de 2017>

RIBEIRO, Djamila.. As diversas ondas do feminismo acadêmico. Geledés – Instituto da Mulher Negra. 2014.

RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala. Ed. Letramento. Belo horizonte. 2017

RODRIGUES, Caroline Peixoto. Violência contra a mulher: novos aspectos penais. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2007

RUBIN, Gayle. O tráfico de mulheres: Notas sobre a "economia política" do sexo. Recife . Ed. S.O.S Corpo..1993.

SAFFIOTI, H.I.B. Violência de Gênero no Brasil Atual. Estudos Feministas. ANO 2. 2º semestre/1994.

SAFFIOTI, H.I.B. Contribuições feministas para o estudo da violência de Gênero. Cadernos pagu. v.16, p.115-136, 2001.

SANTOS, Michelle Karen Batista. Feminismo e abolicionismos: O rompimento do movimento feminista com a cultura punitivista a partir de uma análise crítica do sistema penal brasileiro. EdIPUCRS. Porto Alegre. 2017.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Nova York. 1989.

SILVA, Gustavo Adolfo. Teoria dos atos de Fala. UERJ. 2006

SOARES, Vera. Movimento de mulheres e feminismo: evolução e novas tendências. IN: Revista Estudos feministas. Rio de Janeiro, 1994.

SOUSA, Fábio; OLIVEIRA, Eliany. Mulheres vítimas de violência doméstica: sofrimento, adoecimento e sobrevivência. SANARE, Revista de Políticas Públicas. P. 113-119. V.3, n.2. Ceará. Out/Dez 2002

STOLCKE, Verena. Sexo está para gênero assim como raça para etnicidade? Estudos Afro-Asiáticos. v. 20, p. 101-119. Rio de Janeiro.1991

Subnotificação nos casos de violência contra a mulher no Brasil em Erro no Acerto. O Estado de São Paulo, 5. Abril, 2014.

<http://www.estadao.com.br/noticias/suplementos,erro-no-acerto,1149783> <Acessado em Junho de 2017>

Taxa de feminicídio no Brasil em https://www.huffpostbrasil.com/2017/08/27/taxa-de-feminicidios-no-brasil-e-a-quinta-maior-do-mundo_a_23187246/ <Acessado em novembro de 2017>

TELES, Maria Amélia de Almeida. Breve História do Feminismo no Brasil. São Paulo. Ed. Basiliense S.A. 1993

TIBURI, Márcia. Feminismo em Comum. Rio de Janeiro. Ed. Rosa dos Tempos. 2018.

Think Olga. Meu corpo não é seu: Desvendando a violência contra a mulher. Companhia das Letras. São Paulo. 2014.

Trajetória de Dilma Rousseff em <http://www.brasil.gov.br/governo/2015/01/conheca-a-trajetoria-da-presidenta-dilma-rousseff> <Acessado em agosto de 2017>

WASEFELFIZ, J. J. Mapa da violência 2010: Anatomia dos homicídios no Brasil. Instituto Sangari. 2010

